

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL MESTRADO**

**POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE
OSÓRIO: LEVANTAMENTO E ANÁLISE DAS CADEIAS PRODUTIVAS
LOCAIS À LUZ DOS QUOCIENTES LOCACIONAIS**

VÍTOR ANDRÉ DA SILVEIRA DUARTE

Taquara

2016

VÍTOR ANDRÉ DA SILVEIRA DUARTE

**POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE OSÓRIO:
LEVANTAMENTO E ANÁLISE DAS CADEIAS PRODUTIVAS LOCAIS À LUZ DOS
QUOCIENTES LOCACIONAIS**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Faccat – Taquara/RS.

Orientador: Professor Dr. Carlos Águedo Nagel Paiva

Taquara

2016

“Façamos a revolução
Organizando o futuro
Recomeçando o presente
Aprendendo com nossos erros
Tendo as certezas à frente
Encorajando a ação
Mudando o *status quo*
Emprestando aos que não têm
Recebendo os que nos são”

Vítor André da Silveira Duarte

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela minha vida e por Sua complexa e maravilhosa criação, que de tão fascinante, nos estimula a buscar cada vez mais conhecimento para compreendermos as mais diversas questões que nos envolvem.

Em especial à minha esposa Marciana e minhas filhas Carolina, Vitória e Mayara, por terem sido pacientes e compreensivas em aceitar a minha ausência em alguns momentos.

Agradeço, também de forma especial, aos meus irmãos, Raphael, Eduardo e Amanda, por terem me ajudado com o trabalho, trocando informações, debatendo, emprestando seus pontos de vista. Agradeço também aos demais familiares que apoiaram de alguma forma para eu pudesse alcançar esse objetivo.

Ao meu amigo Raphael Cunha por ter incentivado que eu entrasse no curso de mestrado.

Agradeço sobremaneira ao meu orientador, um gênio, diga-se de passagem, pela dedicação, a preocupação sempre presente de não termos uma simples dissertação, mas de iniciarmos uma discussão ampla, de me fazer compreender o cerne das questões abordadas, e por me transmitir um pouco do seu enorme conhecimento.

À FACCAT, pela estrutura, suporte e pela excelente recepção.

Aos professores do programa, que me brindaram com sua inteligência, didática e amizade. Tive, além de excelentes professores, grandes amigos.

Agradeço aos queridos colegas de curso pelo apoio, troca de conhecimento, pelos debates intermináveis e pela amizade que, com certeza, ficará para toda a vida.

Ao Jonatan Fortes pelas idas e vindas à FACCAT, pelo auxílio na construção do trabalho, pela amizade que transbordou a sala de aula.

Ao colega de trabalho e amigo, Jonatas Arminda, pelas discussões sobre os temas da dissertação e a tradicional camaradagem.

RESUMO

O município de Osório correspondia ao que hoje é a região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul e exercia função de principal – inicialmente, o único – polo da região. Com o passar dos anos muitos municípios novo se formaram e alguns, passaram a dividir com Osório a função de polo regional. Para Osório, a função de principal polo da região vem sendo reduzida com o passar dos anos. Para conhecer o potencial real de desenvolvimento do município de Osório – sua ou suas vocações econômicas – definindo o melhor investimento dos recursos públicos e privados para políticas de desenvolvimento, elaborou-se essa dissertação que buscou identificar as cadeias produtivas de Osório, com base na metodologia dos Quocientes Locacionais. Por meio de um cálculo comparativo entre o emprego das atividades econômicas e cadeias produtivas, se pôde encontrar a especialização produtiva local e hierarquizar essas cadeias por critério de empregabilidade, competitividade, capacidade de expansão e integração no território e poder de decisão dos atores. Como resultado desta pesquisa pôde-se inferir que Osório é altamente dependente do turismo, porém seu papel principal, hoje, não é de atendimento direto ao turista, mas de suporte aos que prestam serviços aos turistas em todo o Litoral, baseando suas atividades principalmente em serviços típicos de polo regional, com suporte de atividades associativas, jurídicas, logísticas, comerciais atacadistas, educacionais e de saúde, mas passando também, ainda que em segundo plano, pelas atividades do turismo tradicional e como parte da cadeia da construção civil do Litoral Norte gaúcho. O pleno desenvolvimento do município de Osório passa pela aceitação de seu papel prioritário e a assunção de um programa conjunto, envolvendo as instituições de pesquisa e fomento, bem como o empresariado e o poder público, em torno de investimentos em qualificação de pessoas e serviços, na especialização das atividades características de polo, bem como no entendimento da necessidade de um programa de manutenção dos recursos naturais, que são exatamente a base de atração dos turistas, sejam eles ocasionais ou os ditos permanentes, e que movem quase toda a economia, direta ou indiretamente, em Osório e em todo Litoral Norte.

Palavras-chave: Especialização Produtiva. Turismo. Cadeias Produtivas.

ABSTRACT

The county of Osório corresponded to what is now the region of the North Coast of Rio Grande do Sul and served as the principal, and initially, the just one pole of the region. With the passing of the years many municipalities were formed, and some they began to share with Osório the function of regional pole. For this county, the main pole function of the region has been reduced over the years. In order to know the real development potential of this county, based on the Osório economic vocations defining the best investment of public and private resources for development policies, this dissertation was elaborated that sought to identify the productive chains of Osório, based on the methodology of the Locational Quotients. Through a comparative calculation between the employ in economic activities and productive chains, one could find local productive specialization and rank these chains by criterion of employability, competitiveness, capacity of expansion and integration in the territory and decision power of the actors. As a result of this research it was possible to infer that Osório is highly dependent on tourism, but its main role today is not direct assistance to tourists, but support to those who provide services to tourists throughout the North Coast, basing its activities mainly on Typical Pole Services, standing associatives ganizations, judicial, logistics and wholesale. The complete developpment of Osório involves yourself acceptance of its priority role and accession of a joint program, involving research and development institutions, as well as business and public power, around investments in qualification of people and services, in the specialization of polo activities, as well as, in the understanding of the necessity of a program of maintenance of the natural resources, which are exactly the attraction of the tourists, whether they are occasional or the so-called permanent, and that moves almost the entire economy, directly or indirectly, in Osório and throughout the North Coast.

Palavras-chave: Productive Speacialization. Tourism. North Coast. Productive Chains.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
1.1 Região e regionalização.....	16
1.2 Estado e Políticas Públicas.....	19
1.3 Aglomerações produtivas, vantagens competitivas e especialização do trabalho.....	20
1.4 Turismo ou turismoS?.....	24
1.4.1 Turista “permanente”	27
2 MATERIAIS E MÉTODOS.....	29
2.1 Metodologia de aplicação do Quociente Locacional.....	31
3 OSÓRIO EM SEU CONTEXTO REGIONAL.....	35
3.1 A formação oficial do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.....	36
3.2 Osório em seu recorte atual.....	43
4 O QUOCIENTE LOCACIONAL (QL) – APLICAÇÃO E ANÁLISE.....	45
4.1 Análise da dinâmica econômica de Osório à luz do Quociente Locacional.....	45
4.1.1 Análise das cadeias produtivas de Osório e seu contexto regional.....	46
4.1.1.1 Cadeia SPR - Serviços de Polo Regional.....	48
4.1.1.2 Cadeia da Construção Civil.....	51
4.1.1.3 Cadeia do Turismo.....	51
4.1.1.4 Cadeia Coureiro Calçadista.....	53
4.1.1.5 Cadeia Energética.....	54
4.1.1.6 Cadeia da Proteína Animal.....	54
4.1.1.7 Administração Pública e Serviços Básicos.....	55
4.1.1.8 Atividades indeterminadas.....	56
4.2 Hierarquização das cadeias.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS.....	67
APÊNDICE I.....	70
ANEXO A.....	74

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Participação do Valor Agregado Bruto nos setores econômicos por região, base triênio 2011-2013.....	41
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipos de classificações das cadeias e atividades produtivas.....	33
Quadro 2 – Cronologia das formações administrativas dos municípios do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.....	37
Quadro 3 – Valor e produção agropecuária no triênio (2011-2013) da Microrregião Osório (RS) sobre o valor e produção agropecuária do Rio Grande do Sul.....	40
Quadro 4 – Empregos e Quocientes Locacionais nas cadeias produtivas. Relação Osório x Litoral Norte e Osório x RS e função dinâmica das cadeias.....	47
Quadro 5 – Empregos e Quocientes Locacionais nas cadeias produtivas. Relação Litoral Norte (sem Osório) x RS e função dinâmica das cadeias.....	52
Quadro 6 – Quocientes Locacionais da cadeia Proteína Animal em Osório, em relação ao Litoral Norte e do Litoral Norte em relação ao Rio Grande do Sul.....	55
Quadro 7 – Quocientes Locacionais das principais atividades rurais. Comparativo usando Valor Agregado Bruto e área útil (em hectares) como referência.....	72

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A.....	74
--------------	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACIO – Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Osório
ACT – Atividades Características do Turismo
APL - Arranjo Produtivo Local
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CC – Construção Civil
CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas
CNAE – Cadastro Nacional de Atividades Econômicas
COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento
FACOS – Faculdade Cenecista de Osório
FEE – Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul
FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler - RS
GERCO – Programa de Gerenciamento Costeiro (FEPAM)
GM – General Motors
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IFRS – Instituto Federal do Rio Grande do Sul
LN – Litoral Norte
LNRS – Litoral Norte do Rio Grande do Sul
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OMT – Organização Mundial do Turismo
PAM – Pesquisa Agrícola Municipal
PPM – Pesquisa Pecuária Municipal
QL – Quociente Locacional
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
RS – Rio Grande do Sul
SC – Santa Catarina
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIUP – Serviços Industriais de Utilidade Pública
SPE – Serviços Prestados às Empresas
SPF – Serviços Prestados às Famílias
SPR – Serviços de Polo Regional
UERGS – Universidade do Estado do Rio Grande do Sul
VAB – Valor Adicionado Bruto

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico e social é o principal objetivo das ações e políticas públicas e tema de intermináveis debates no meio acadêmico, político e da sociedade em geral, por ser matéria que impacta a todas as esferas sociais. O presente trabalho discorrerá sobre as potencialidades de desenvolvimento econômico do município de Osório e sua região de contexto, o Litoral Norte do Rio Grande do Sul (LNRS).

Pode-se distinguir crescimento de desenvolvimento, ainda que difiram em seus significados tradicionais, pois pode restar dúvida em seus empregos nas questões econômicas. Parte-se do princípio de que crescimento não compreende, necessariamente, desenvolvimento, sendo talvez etapa para que se o atinja e não consistindo em característica *sine qua non* para o desenvolvimento. Uma região pode ter crescimento econômico, com aumento de Produto Interno Bruto (PIB) e/ou PIB per capita, por exemplo, e não ter índices de qualidade de vida que acompanhem o mesmo índice econômico.

Do mesmo modo, ainda que pouco provável no sistema econômico atual, uma gestão mais acurada dos recursos públicos pode trazer melhores índices de qualidade de vida, sem haver, necessariamente, crescimento econômico. Por certo prefere-se tomar o crescimento como etapa e não como fim, sendo o desenvolvimento um conceito mais amplo, que compreende bons índices de qualidade de vida, econômicos e de sustentabilidade.

O Litoral Norte do Rio Grande do Sul tem apresentado crescimento populacional acima da média gaúcha a desde a década de 1980, retratado no censo de 1991, conforme Reis (2015), especialmente com a população da faixa de 60 anos de idade ou mais. Também pode-se verificar um alto percentual de imóveis de segunda residência nessa região. Esses dois fatores apontam para a forte vocação turística da região, tanto para o turismo tradicional quanto para o “turismo permanente”, terminologia adotada por Paiva (2013, p.102) para referir-se ao “aposentado ou rentista que opta por domiciliar-se em um território distinto daquele que trabalhou e/ou que lhe proporciona renda atual, por avaliar que o novo domicílio lhe proporciona uma qualidade de vida superior”.

Considerando essa questão, é estratégico para o Estado gaúcho que se

estabeleçam políticas públicas voltadas a manter e ampliar o quadro de turistas que optam por se manter nas praias do litoral gaúcho, em detrimento de outras Unidades da Federação (como Santa Catarina) ou de outros países (em especial, o Uruguai), atendendo a gama de produtos e serviços que esse tipo de ator social possa demandar.

O Litoral Norte gaúcho com seus municípios assume papel fundamental ao estado do Rio Grande do Sul, no sentido de atrair recursos externos e manter os recursos gerados internamente dentro dos limites do estado, explorando suas características, naturalmente dadas ao turismo.

Conforme Reis (2015), percebe-se que há um movimento constante de migração da população gaúcha para os litorais de Santa Catarina e do próprio Rio Grande do Sul, especialmente das pessoas com mais de 60 anos, porém observa-se que Santa Catarina tem recebido ainda mais população gaúcha que o próprio Litoral Norte gaúcho.

Ainda que a população do Litoral Norte esteja crescendo, principalmente a população acima de 60 anos, 5,41% ao ano, o percentual de domiciliados no Rio Grande do Sul que migram para o litoral de Santa Catarina e que possuem mais de 60 anos é de 6,33% ao ano. Com isso, infere-se que, em termos percentuais, a população acima de 60 anos – que advém do RS – e se domicilia em Santa Catarina é maior do que a população que vem para o Litoral Norte do Rio Grande do Sul (REIS, 2015, p.91).

Sabe-se que há diversas possibilidades de investimento para promover o desenvolvimento de um determinado município e região, desde ações voltadas a atrair novas empresas, promoção da criação de Arranjos Produtivos Locais, incentivos à expansão de empresas, ou grupo de empresas, já existentes no território. Porém, na mesma medida em que se observam ilimitadas possibilidades de direcionamento de investimentos, os recursos são limitados. Então, tratando do objeto de estudo deste trabalho, o problema de pesquisa que orienta este trabalho é: como definir o melhor destino dos investimentos e políticas públicas para o desenvolvimento econômico de Osório, otimizando os gastos e promovendo as cadeias produtivas com maior potencial de crescimento?

A cidade de Osório é um dos principais polos urbanos regionais do Litoral Norte, e contribui com um leque particular de serviços voltados ao atendimento das

demandas do território, mas vem perdendo protagonismo dentro da região, dividindo o papel de polo, hoje, com Tramandaí e Capão da Canoa, principalmente, e mais distante, Torres, ainda que este último não chegue a competir diretamente, por sua maior distância em relação a Osório.

Esse conjunto de atribuições e a sua já mencionada importância para o contexto regional, justificam o interesse em desenvolver esta pesquisa, visando um melhor conhecimento das viabilidades socioeconômicas do município e oferecendo material de apoio para o adequado planejamento dos gestores públicos na formulação de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento local.

O Litoral Norte gaúcho tem sua economia baseada principalmente no turismo, pela prática do turismo “sol e praia”, visto que sua grande extensão de orla permite essa exploração econômica. Osório se beneficia do desenvolvimento do turismo de forma indireta, uma vez que não participa do atendimento direto ao turismo, expressivamente, porém é um polo prestador de serviços para as empresas e para as famílias que obtêm seus ganhos por meio das atividades do turismo. Esse conjunto de situações coloca Osório em uma condição bastante peculiar para a análise e o planejamento do desenvolvimento local.

Por meio desta pesquisa pretende-se identificar, classificar e hierarquizar as cadeias produtivas do município, estabelecendo as que são atividades reflexas, ou seja, as “voltadas ao atendimento do consumo local”, e as propulsivas, que são atividades voltadas a atender não somente ao consumo interno, “mas também voltadas ao atendimento de demandas externas”, conforme Paiva (2013, p.40), por meio da aplicação da metodologia dos Quocientes Locacionais (QLs), com base no mesmo trabalho de Paiva. Com isso, se objetiva identificar as atividades com maior potencial para o crescimento e desenvolvimento econômico no município. Secundariamente, pretende-se apresentar sugestões – de caráter meramente preliminar e voltadas à reflexão e crítica da comunidade – para o planejamento econômico do município, baseando-se nos dados obtidos com a análise dos QLs, por meio da identificação das cadeias produtivas locais.

Para além desta Introdução e da Conclusão, o presente trabalho conta com mais quatro capítulos. O primeiro trata da fundamentação teórica; no segundo são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa; o terceiro discorre sobre a formação e desenvolvimento da economia do município de Osório bem

como do panorama e situação atual da estrutura socioeconômica e produtiva do município e da região; o capítulo quarto apresentará a classificação e hierarquização das atividades e cadeias produtivas utilizando-se a metodologia dos QLs e a análise dos respectivos dados. Por fim, soma-se o capítulo de considerações finais onde será trazida a avaliação geral da pesquisa e as consequentes sugestões.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo volta-se à discussão dos temas que compõem o contexto geral e dos conceitos necessários ao entendimento e apreensão das variáveis e categorias teóricas utilizadas no conjunto do trabalho.

Ainda que o tema geral percorra o desenvolvimento socioeconômico do município de Osório, o que conceitualmente já é de amplo horizonte para interpretações e teorias diversas, vários outros temas se relacionam ao tema central e merecem detalhamento de sua fundamentação, evitando dubiedade de entendimento.

1.1 Região e regionalização

Desde a sua institucionalização nas universidades europeias, na segunda metade do século XIX, passando pelo período da revolução teórico-quantitativa da geografia tradicional, até as recentes mudanças na epistemologia de pesquisa, a geografia tem discutido o conceito de espaço. Este conceito passa por diversas correntes e variáveis, de ordem sociológica, econômica e topográfica, porém assume, a partir de 1970, um significado mais amplo, abordando o espaço pessoal (CORRÊA, 2000).

O conceito de espaço relaciona-se com os diferentes conceitos entre lugar, paisagem, território e região, podendo ser um ou todos, mas conceitualmente distinto de todos, passando necessariamente pelo entendimento do espaço como um híbrido de material e humano (SANTOS, 2006).

Gomes (2010) alude ao conceito de região pelo senso comum, como uma relação entre localização e extensão, no qual se percebem definições de região sob aspectos diversos em uma mesma área geográfica e social, visto não ser esse um conceito aplicável exclusivamente a termos geográficos.

Na geografia, o uso desta noção de região é um pouco mais complexo, pois ao tentarmos fazer dela um conceito científico, herdamos as indefinições e a força de seu uso na linguagem comum e a isto se somam as discussões epistemológicas que o emprego mesmo deste conceito nos impõe. (GOMES, 2010, p. 54)

Como exemplo citam-se as menções às “regiões montanhosas”, “região pobre” ou “região litorânea”, tão comumente usadas para designar um determinado espaço que abrange locais com determinadas similaridades, o que pode ocasionar distorções e ambiguidade, pois algumas regiões políticas são – ou podem ser – compostas por territórios divergentes entre si, como é o caso do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, que é entendido como uma região com diferentes recortes segundo a abordagem pretendida em cada caso.

Como ilustração, peguem-se os recortes utilizados como “Litoral Norte” pelo Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE), pelo Programa de Gerenciamento Costeiro (GERCO) e pelo Estado do Rio Grande do Sul na definição da Aglomeração Urbana do Litoral Norte (REIS, 2015). Cada abordagem “regionaliza” compondo com mais, menos ou distintos municípios, segundo suas peculiaridades de trabalho.

Ainda que o processo de globalização tenda, de certo modo, a homogeneizar os hábitos de consumo e as conseqüentes relações sociais, as singularidades das sociedades em sua relação com o local parecem ficar mais evidentes.

Assim, o processo de regionalização torna-se uma determinação arbitrária, por considerar as similaridades da composição, como as características naturais físicas, econômicas, culturais, entre outras, individualmente ou em conjunto, mas se constitui principalmente de decisão política. Ou seja, a região, do ponto de vista econômico, é uma artificialidade e serve de delimitação para análises e planejamento para políticas públicas, em geral de caráter funcional ao Estado, moldado pela divisão nacional e internacional do trabalho (LOPES JÚNIOR, 2012).

Para Friedmann (1960, p.33-34) a regionalização pode atender a dois critérios básicos, a saber, critérios de homogeneidade e de interação:

Uma região homogênea é selecionada na base da unidade de uma ou diversas de suas características: unidade de clima, vegetação, topografia, solos, hidrografia, tipo de agricultura (cultivo predominante ou área típica de lavoura), cultura, etc. [...]. Por outro lado, delimitam-se as regiões de interação na base da ação recíproca das atividades sociais e econômicas. Este critério reconhece o fato de que as atividades sociais e econômicas se orientam rumo a

centros de atividades (cidades) e que algumas áreas são orientadas de modo mais intenso na direção de um centro do que na de outro. Assim teremos regiões baseadas em cidades, delimitando-se sua área de acordo com o fluxo das atividades que convergem sobre essa cidade. Tais fluxos podem incluir: mercadorias e serviços, tráfego, habitantes dos subúrbios ou do campo que trabalhem na cidade, comércio a grosso e a retalho, investimento de capitais, etc.

O autor ainda reconhece que as regionalizações homogêneas oferecem diferentes perspectivas e sua análise varia conforme os dados buscados e o recorte escolhido.

A região tomada como base referencial para este trabalho se concentra na definição estabelecida na criação das Microrregiões Homogêneas, prevista na Constituição Federal (BRASIL, 2012, art. 25, § 3º), e instituída conforme segue:

A implantação das Microrregiões Homogêneas por Estado com a finalidade de servir de base para a tabulação de dados estatísticos, especialmente dos dados censitários alterou os antigos quadros de Grandes Regiões e Zonas Fisiográficas, a partir da Resolução nº 1, de 08.05.69, elaborada pela Comissão Nacional de Planejamento e Normas Geográfico-Cartográficas.

A delimitação dessas Microrregiões Homogêneas foi baseada em estudos dos espaços homogêneos, das regiões agrícolas, da atividade industrial, da infraestrutura dos transportes e das atividades terciárias (PERES, 1985, p. 21).

Essa regionalização, chamada Microrregião do Litoral Setentrional, trazia os seguintes municípios em sua configuração inicial: Capão da Canoa, Osório, Palmares do Sul, Santo Antônio da Patrulha, Torres e Tramandaí. A configuração atual é apenas a derivação das emancipações ocorridas nesses municípios.

Tal regionalização serve como ponto de partida da compreensão do cabedal social e econômico por se tratar do recorte exato originado do município de Osório, quando de sua emancipação de Santo Antônio da Patrulha. Serve de ponto de partida, porém a região socioeconômica transcende uma simples definição e por sua característica dinâmica, baseada nas relações de produção e apropriação do espaço, não pode ser fixada, apenas apreendida no tempo em que se dá sua análise.

Ainda refletindo sobre a melhor regionalização para o estudo, assumimos o afirmado por Paiva e Tartaruga (2007, p.119), que dizem ser boa a regionalização que se “estrutura sobre critérios lógicos e teoricamente consistentes com os seus

objetivos; ou, ainda: é boa a regionalização que se mostra eficiente para o enfrentamento dos problemas que a fizeram necessária”.

Esse recorte, chamado Microrregião do Litoral Setentrional, difere de outras formatações por não incluir o município de Mostardas (a despeito deste participar do COREDE Litoral Norte) nem São Francisco de Paula (que conta com parte de seu território na “Região Litoral” tal como definida pela FEPAM¹), mas, de outro lado, incluir Santo Antônio da Patrulha, excluído nos demais recortes.

Reis (2015) já fez suficiente crítica às configurações regionais que colocam Mostardas e São Francisco de Paula junto com os demais municípios, num cenário socioeconômico descaracterizado ou ao menos inconsistente. Fujimoto *et al* (2006) apresentam ainda uma sub classificação dos municípios do LNRS em Rurais, Urbanos Agroindustriais, Urbanos Permanentes e Urbanos de para Segunda Residência, e que, se analisados sob esta fragmentação, obtêm diferentes estatísticas socioeconômicas, mostrando ainda mais as diferenças das dinâmicas territoriais e as dificuldades de regionalizar esse espaço. Esta classificação, proposta por Fujimoto *et al* (2006) não será utilizada para os cálculos do QL das atividades econômicas do LNRS, mas a sua apreensão auxilia no entendimento da dinâmica socioeconômica da região e na compreensão das dificuldades de regionalizar essa área para os fins deste estudo.

1.2 Estado e políticas públicas

A sociedade é heterogênea, com diferentes atores que interagem entre si com a finalidade de satisfazerem seus interesses e suas necessidades individuais e coletivas. As necessidades podem ser de ordem material ou ideal, e são as demandas por moradia, alimentação, entre outras, ou ainda atividades que ofereçam desenvolvimento social, educacional, cultural, religioso, entre outros, enquanto os interesses podem ser de ordem objetiva ou subjetiva.

Para Rua (2009), esse contexto bastante dinâmico e complexo pode gerar

¹ A FEPAM considera o Litoral Norte com formatação diferente das demais regionalizações, no Programa de Gerenciamento Costeiro do Litoral Norte, como sendo o localizado na Planície Costeira e na Encosta da Serra e seus vales, “que recebem influência marítima e que interferem na planície através de sua drenagem” (FEPAM, 2000, p. 4).

conflitos variados: de interesses, de ideias, de necessidades e os conflitos deverão ser solucionados por meio de coerção ou política, sendo a coerção medida muito dispendiosa para quem aplica, enquanto a política tende a ser a opção encontrada pela sociedade para administrar conflitos.

Os conflitos são facilmente identificáveis quando da deliberação de políticas de desenvolvimento das regiões. Sabe-se que os recursos são finitos, geralmente escassos e disputados por diversos segmentos sociais, e a busca pelo melhor investimento, ou seja, aquele que trará o melhor resultado, exige que a análise seja precisa e a decisão acertada.

Paiva (2004, p.11), afirma que um dos grandes desafios “para a construção de **políticas de desenvolvimento regional sustentável** se encontra na identificação do **potencial** de uma região” e que, para além disso, é preciso que haja uma “consciência de interesses comuns” (Paiva, 2013, p.152), entre os elos das cadeias, que só fica evidente ao ser diagnosticado o(s) ponto(s) comum(s) entre eles.

Sendo assim, o processo de tomada de decisão dos investimentos públicos para o desenvolvimento econômico deve considerar as cadeias produtivas que maior retorno tragam ao território, para que à elas sejam destinados os recursos, fomentando seu crescimento e movimentando o maior número de elementos possível, em atividades que se liguem direta e indiretamente à elas – atividades da cadeia e atividades (ou cadeias) reflexas.

1.3 Aglomerações produtivas, vantagens competitivas e especialização do trabalho

A busca por respostas locais capazes de enfrentar os desafios da globalização tem aumentado com rapidez o interesse despertado nos últimos anos por pesquisadores e gestores brasileiros em diversos territórios. A presença de redes empresariais, acordos de cooperação e instituições encarregadas de gerir as relações manifestadas nesses ambientes superam a questão econômica para incorporar o entorno social (LÓPEZ; DEL VALLE, 2002).

Com o esgotamento dos padrões fordistas de produção e relação de

mercado, se fez necessária uma recomposição de salários, espaços e produção, fazendo surgir um novo período, chamado de “neo-fordismo”. Nessa perspectiva, de necessidade de ajuste das economias capitalistas para a manutenção do mercado e da produção, a verticalização do período fordista dá espaço para um modelo flexível e descentralizado, propiciando o crescimento das pequenas e médias empresas (REIS, 1988; CAMPOS, CALLEFI e SOUZA, 2005; MORAES, SCHNEIDER, 2010).

Ipiranga, Amorim e Faria (2007, p.3) apontam que Arranjos Produtivos Locais (APLs) podem ser classificados como “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos e interdependência”, definição que consiste exatamente nas cadeias produtivas que este trabalho se destina a identificar.

A aglomeração produtiva se apresenta de duas formas: sintética ou orgânica, de forma que a primeira se dá gerando concentração de capital e de riqueza, sob a tutela de uma grande empresa, geralmente multinacional ou transnacional, que lidera as demais, enquanto a outra é fundamentada especialmente na descentralização e desconcentração do capital e da renda (IPIRANGA, AMORIM e FÁRIA, 2007; RODRÍGUEZ, VALENCIA, 2008).

A formação orgânica pode ser também aquela em que as atividades ou cadeias produtivas se formam pelas características naturais geográficas, históricas ou culturais. É o caso no LNRS, por exemplo, quanto à produção de cana de açúcar e seus processados, no século XX ou ainda da uva e seus derivados, na Serra Gaúcha.

A outra forma, a sintética, ocorre quando, por força de decisão política, o território é afetado pela inserção de uma (ou mais) empresa (s) catalisadora (s) da atividade econômica no local, como, por exemplo, o caso da fábrica da General Motors (GM) no município de Gravataí.

Em ambos os casos se criam, no entorno, atividades relacionadas que complementam o processo produtivo, proporcionando um arranjo de atividades voltadas à um produto (ou gama de) central e as demandas geradas por ele. Pode-se tomar ainda como exemplo a própria GM, que produz automóveis, e precisa ter próximas a si os principais fornecedores de peças, acessórios e componentes, mas também cria uma demanda indireta que é a alimentação dos funcionários, transporte e outros serviços de atendimento deles.

Em Osório percebemos essas atividades de formação sintética (inseridas no território por decisão política) nos casos do armazenamento e transporte de petróleo, pela Petrobras, e também na geração de energia eólica, ambas envolvendo grande volume empregos. Como consequência, cria uma demanda para atividades relacionadas e reflexas, como logística, educação (cursos técnicos), segurança, etc. e para o atendimento das necessidades dos trabalhadores envolvidos nas atividades da empresa principal e nas dependentes, aumentando consideravelmente a arrecadação municipal e estadual pelo recolhimento do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e também pelos *royalties*² que essas empresas geram.

A formação orgânica pode ser vista como mais saudável para o território, visto que é promovida pelo envolvimento ativo de toda a comunidade, com enraizamento na cultura social e produtiva, evoluindo em harmonia com a população, não sendo estranha ao ambiente local.

Se por um lado a presença de grandes empresas pode ser entendida como uma segurança de que haja interesse do Estado em sua manutenção (casos da GM, parques eólicos, Petrobras), por outro, o interesse do Estado nas empresas não significa, necessariamente, interesse no local – não na mesma medida – e isso pode gerar diferentes decisões políticas que interferem na arrecadação dos municípios, por exemplo, causando impactos significativos na estrutura pública municipal.

Ilustra-se a situação pelo que ocorreu recentemente com Osório, quando uma nova política nacional de distribuição de *royalties* da Petrobras foi implementada, reduzindo drasticamente a arrecadação municipal e comprometendo a capacidade de investimentos e manutenção do poder público municipal.

Por isso entende-se mais saudável o arranjo orgânico, pois este vai se desenvolvendo em etapas, consolidando-se e ajustando-se paulatinamente, e sendo enraizado no local, não ficando à mercê de decisões políticas tão facilmente quanto as grandes empresas alocadas deliberadamente no território, estando ainda ligado ao *know-how* da população, à cultura, ao que já se faz com vantagem no local.

Não se pretende afirmar que os arranjos formados de modo sintético sejam improdutivos ou incapazes de trazer desenvolvimento no território, e para os fins

² Royalties são uma compensação financeira que se paga aos estados municípios pela extração de recursos naturais finitos, definidos pelas Leis Federais 7.990/1989 e 9.478/1997, conforme a Confederação Nacional de Municípios – CNM (2010).

deste estudo não tem maior relevância as raízes da estrutura produtiva local e sim qual a sua situação atual, visto que independentemente de qual seja seus fundamentos – sintético ou orgânico – o que importa é identificar quais as atividades que podem promover o desenvolvimento das demais, por serem as fomentadoras da economia local.

Assim, tem-se que a proximidade de empresas (ou trabalhadores autônomos) em um determinado território, produzindo dentro de uma mesma cadeia, mesmo que indiretamente ao(s) produto(s) principal(is), configura o que se chama de Arranjos Produtivos ou Aglomerações Produtivas. As diferentes funções de cada elemento produtivo da cadeia é o que se chama de divisão do trabalho e que vem a proporcionar a especialização.

Paiva (2013), aborda as vantagens competitivas (relativas e absolutas), analisando o que propõem autores como Smith, Ricardo, Marx, Marshall e Myrdal, tratando das relações entre as nações e intra-regiões. Paiva (2013) explica que nenhum país poderá manter vantagens relativas em todos os produtos, bem como as vantagens absolutas não se convertem em vantagens comparativas se não forem também relativas.

As nações contam com a possibilidade de regulação do câmbio e de taxações das importações – entre outros meios legais – para manipularem as vantagens relativas, sendo esse um movimento dinâmico que ao promover determinado segmento terminará onerando outro.

Essa mesma estratégia não pode ser aplicada pelas regiões de uma mesma nação, exigindo, neste caso, que as vantagens de uma região em relação a outra sejam absolutas, ou seja, que se possa produzir um determinado bem ou serviço na região “A” com maior produtividade - vale dizer, com a utilização de um volume menor de insumos (mão-de-obra, matérias-primas, equipamentos, entre outros) por unidade de produto – e, por conseguinte, com custos inferiores às demais regiões. Sendo assim, a divisão inter-regional do trabalho se dará movida pelas vantagens absolutas das regiões, ao passo que a divisão internacional se dará pelas vantagens relativas.

Paiva (2013) ainda cita que a especialização de uma região em um determinado produto é considerada como forte indício do potencial da região para o seu desenvolvimento, visto que, como Paiva (2004, p.18),

[...] se supomos que os agentes econômicos são racionais — independentemente de essa racionalidade ser circunscrita ou substantiva —, a alocação social e economicamente consolidada de recursos não pode ser tomada como gratuita, mas, isto sim, como fruto da identificação, por parte dos agentes econômicos regionais, de nichos economicamente competitivos. Nichos que, ao se tornarem objeto de mobilização de um grande número de produtores, acabam por atrair fornecedores e clientes, a montante e a jusante, deprimindo os custos de transporte dos insumos da cadeia produtiva principal, ampliando a escala social de produção e a divisão interna do trabalho e, por consequência, ampliando a competitividade (leia-se a vantagem absoluta) da produção setorial.

Ao identificar-se a atividade – ou grupo de atividades – que seja a especialização do território, considerando questões como capacidade de expansão da produção (mercado), empregabilidade, relação com demais atividades ou cadeias, entre outros fatores, encontra-se também o foco do fomento, pois espera-se que essa(s) atividade(s) seja(m) multiplicadora(s) da(s) cadeia(s), podendo assim mobilizar “uma parcela expressiva dos agentes econômicos locais” (PAIVA, 2004, p.19).

Entende-se, portanto, que as cadeias que mais movimentam a economia de um determinado território, as catalizadoras das funções econômicas, são as que o território tem maior especialização e das que o território apresenta maior dependência de seu desenvolvimento. São, por isso, as que merecem maior amparo de políticas públicas de desenvolvimento, por serem multiplicadoras na cadeia. Especialmente nas atividades que compõem essas cadeias que ainda não apresentam alto QL, ou seja, que ainda não estão desenvolvidas no mesmo patamar da cadeia. Caso em que a cadeia tem algumas atividades não plenamente desenvolvidas.

A identificação dessa especialização, bem como de sua cadeia, é justamente a proposta deste trabalho, cuja metodologia de organização de dados e análise se dará minuciosamente no capítulo quarto.

1.4 Turismo ou turismoS?

O turismo é uma atividade praticada desde tempos remotos, nas mais

antigas civilizações, se considerado o estrito conceito do movimento das pessoas se deslocando pelos territórios para os mais diversos fins (RUSCHMANN, 2005).

Falando no conceito mais moderno do turismo, pode-se perceber que sua prática era, até pouco tempo, uma exclusividade de elites econômicas, que dispunham de tempo e dinheiro para realizar visitas aos destinos de seu interesse turístico, o que remete ao conceito já superado da Organização Mundial do Turismo (OMT), definido na Conferência de Otawa, em 1991, que definia turismo como as atividades dos viajantes e suas estadias em lugares diferentes de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, por motivos de lazer, negócios ou outros. Este conceito ainda passaria por uma pequena alteração em 1999, adicionando que os motivos não deveriam estar relacionados à atividades remuneradas no lugar visitado (DIAS, 2006; PAKMAN, 2014).

Em 2008 a OMT trouxe, após diversos debates e revisões, uma forma mais ampla de caracterizar a atividade turística, em que “turismo é um fenômeno social, cultural e econômico, que envolve o movimento de pessoas para lugares fora do seu local de residência habitual, geralmente por prazer” (PAKMAN, 2014, p. 18).

Para Pakman (2014), há uma preocupação crescente de compreensão do impacto do turismo como atividade econômica, ao que, tratando de economias internacionais, se obteve o advento contábil das “contas satélites do turismo”, em que se pretende justamente compreender o impacto da atividade turística nos países, atrelados a padrões estabelecidos pela OMT, que tenta oferecer maior acuidade nos dados econômicos e sociais relativos ao turismo.

Entretanto, os dados obtidos pelos padrões da OMT devem servir como base comparativa e não tratados como valores absolutos, uma vez que tendem a ser supervalorizados, pois consideram todos os empregos gerados nas Atividades Características do Turismo (ACT) como sendo de atendimento ao turista.

Essa situação apresenta um problema fundamental que é não diferenciar o cliente do estabelecimento, que é turista, daquele que é morador local, e que consome o mesmo produto, no mesmo local, mas não é um turista, como ocorre nos restaurantes, por exemplo (PINENT, 2015).

O turismo é, ainda assim, uma atividade de forte impacto econômico, pois ele é responsável por uma entrada de renda primária nos territórios, uma vez que leva dinheiro de fora para dentro do território.

A definição de 2008 da OMT sobre o conceito de turista permite derivação, quando menciona que o turista é “o que viaja para fora de sua residência habitual, **geralmente por prazer**”. Ora, se geralmente é por prazer, em algumas situações o “turismo” ocorre também por necessidade, por opção ou simplesmente por ocasião.

É o caso das pessoas que procuram um atendimento especializado em saúde, educação, compras, entre outros, e até mesmo das empresas quando precisam recorrer a serviços prestados em locais diferentes das suas sedes. Não é o típico turismo de lazer ou “prazer”, mas também configura deslocamento de pessoas e de dinheiro para um território determinado.

Há atividades que não são diretamente relacionadas ao turismo, mas que são dependentes ou reflexas a ele, como, por exemplo, a construção civil e as atividades de vigilância, que no LNRS são diretamente impactadas pelo tipo de ocupação imobiliária, de segunda residência em boa parte do Litoral, e pelos condomínios, que são muito expressivos em Xangri-Lá e Capão da Canoa, principalmente.

Conforme Paiva (2013) uma das funções dinâmicas das cadeias produtivas é a de Transferência de Renda, também chamada de TrS Propulsiva³. As transferências diferem dos produtos exportados⁴ porque, neste caso, o produto é adquirido para ser consumido fora do território que o produziu, enquanto as transferências demandam deslocamento do consumidor até o território. A cadeia turística é, por assim dizer, “típica ideal” das cadeias TrS Propulsivas. Mas, como será visto adiante, ela não é a única. Outros exemplos igualmente difundidos (embora nem sempre facilmente percebidos) são as cadeias logísticas (confluência de sistemas e modais, serviços prestados a usuários, armazenamento, segurança, entre outros) e Serviços de Polo Regional. Estes pontos serão retomados mais adiante.

Neste momento, importa deixar claro que há três formas básicas de internalização da renda primária num território. O padrão transferencial (TrS) é **apenas uma delas**. As três formas são: i) pela produção de *tradables* (transacionáveis) vendidos para mercados externos ao território; ii) pelo dispêndio de

³ Será vista detalhadamente essa questão no capítulo 2.1.

⁴ A exportação neste caso não se refere apenas ao que é vendido para fora do país, mas ao que vendido para fora do território, pois o princípio é o mesmo: o comprador injeta renda externa no território produtor.

recursos do consumidor que se deslocou até o território onde é ofertado o produto ou serviço que almeja adquirir; e iii) pela transferência de recursos governamentais em suas diversas escalas (dispêndios correntes e investimentos) associados à oferta de serviços públicos (neste último caso estão incluídas as obras implementadas pelo governo, os salários de professores, militares, etc.).

1.4.1 Turista “permanente”

Para Paiva (2013), turista, no sentido de ator econômico, não se limita ao viajante de lazer, ou apenas ao temporário, que não se fixa no local. Num sentido mais amplo ao conceito do turismo, Paiva incorpora nesta classificação o aposentado, rentista, que também obtém sua renda com fonte pagadora externa ao local onde reside e acaba gastando no local, movimentando a economia do território.

Neste conceito também se observam as pessoas que trabalham fora de seu município de residência, visto que estes obtêm seus salários por empresas estranhas ao município onde residem, trazendo uma renda primária para a economia local.

Segundo Reis (2015, p.10)

[...] pois com a fixação desses turistas [permanentes], inexoravelmente há a incorporação de renda primária para a região de forma estável, sem a sazonalidade típica do turismo de veraneio. Todavia, não é tarefa fácil essa atração, uma vez que o aposentado necessita de um local em que se agreguem alguns elementos, como qualidade de vida, acesso rodoviário célere, atendimento de serviços de saúde qualificados e custo de vida não elevado.

O “turista permanente” forma um público de alto interesse ao Litoral como um todo, uma vez que ele, em geral, não disputa mercado de trabalho e demanda uma grande variedade de serviços, desde atividades de recreação e lazer, até o atendimento de saúde e segurança, sendo uma questão estratégica ao LNRS ampliar o número de pessoas nesse perfil que vão ali fixar moradia.

Essa estratégia se apoia justamente na necessidade de manter o máximo possível da renda produzida e apropriada no Rio Grande do Sul nos limites deste Estado e, até mesmo deste país, evitando a remessa de recursos para o exterior,

com a migração de aposentados para fora outros países (em especial, o Uruguai).

Um dos aspectos que é também relevante, para além da oferta qualificada dos serviços litorâneos, é a qualidade e preservação ambiental, pois o que difere esta região é justamente seu apelo de proximidade à natureza e ambiente de descanso e tranquilidade.

Assim, a conclusão óbvia que se chega é de que se faz urgente a criação de programas para o controle da poluição nos lagos, rios e no mar, evitando a contaminação e “imbalneabilidade” desses locais. A infraestrutura de saneamento básico tem papel vital para a longevidade da região como destino turístico, especialmente para aqueles que vêm procurar o litoral como destino fixo de moradia.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

No presente capítulo será apresentada a abordagem metodológica que permeia a pesquisa, com detalhamento dos procedimentos para cada etapa da construção da mesma.

A pesquisa em si é, para Marconi e Lakatos (2003, p.155), “um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema (GIL, 2003, p. 17).

Em consonância com os objetivos já apresentados deste trabalho, se torna necessária a reflexão científica acerca do problema de pesquisa, buscando satisfazer o interesse da pesquisa. Assim, os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento desta dissertação se dão em diferentes tipologias, conforme a etapa de estudo, segundo será descrito a seguir.

Esta é uma pesquisa de natureza aplicada, uma vez que objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, envolvendo e interesses locais, conforme Gerhardt e Silveira (2009, p. 35). Pela definição dos mesmos autores, trata-se de uma pesquisa com objetivo explicativo, na medida em que busca compreender o atual sistema produtivo em Osório através dos resultados encontrados.

A abordagem da pesquisa é quantitativa, ao tratar os resultados com uma base de conhecimento já difundida, de acordo com Silva, Lopes e Braga Júnior, (2014, p.3), tratando de uma coleta e comparação de dados numéricos e comparativos matematicamente.

O primeiro momento da elaboração do trabalho se deu em função de um resgate da história do município de Osório e sua origem, com uma breve averiguação da sua atual situação socioeconômica e contextualização na região

formal à qual pertence. Para essa etapa foi utilizada pesquisa bibliográfica em livros e artigos acadêmicos que retratassem as questões pertinentes ao entendimento da formação socioeconômica da região, especialmente do município objeto da pesquisa. Esse foi também o método utilizado para o apanhado da fundamentação teórica que corrobora com as questões levantadas nesta discussão.

O instrumento de pesquisa utilizado na pesquisa foi o QL como medida de especialização da produção do território, conforme a metodologia proposta no trabalho referencial para essa pesquisa, o livro Fundamentos da Análise e do Planejamento de Carlos Paiva (2013), em que se utiliza o número de empregados, conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), reunidos no Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), separados em macrossetores, conforme divisão da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE). Assim, se obtém a quantidade de trabalhadores empregados em cada setor - para atividades urbanas, excluindo-se as atividades rurais que devem ser analisadas com metodologia similar, mas com fonte de dados diferente, dada a particular informalidade do setor e a difícil mensuração de empregados e a flutuação dos índices de emprego na sazonalidade dos cultivos.

Para as atividades rurais, o cálculo não leva em conta o número de trabalhadores, mas a participação no Valor Agregado Bruto (VAB) da agropecuária no território em análise, comparando-o com o VAB total e o mesmo para o território de referência, em fórmula muito similar ao QL para atividades urbanas. Essas questões voltadas ao QL serão melhor detalhadas no capítulo correspondente ao tema.

De maneira geral, para a elaboração do QLS se faz um levantamento de dados brutos, disponíveis nas bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pela Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) e o Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), utilizando o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), configurando uma pesquisa documental, que segundo Gil (2003, p. 45) “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”.

Utilizando-se dessas práticas metodológicas procedeu-se o processo de

pesquisa para a elaboração deste trabalho que será apresentado, seguindo as abordagens científicas indicadas na literatura correspondente, proporcionando parâmetros confiáveis para a elaboração e aceitação da obra.

2.1 Metodologia de aplicação do Quociente Locacional

O Quociente Locacional é calculado baseado em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), agrupados no Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), separados em macrossetores, conforme divisão da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE).

Assim, se obtém a quantidade de trabalhadores empregados em cada setor do território de análise para atividades urbanas (industriais e comerciais), excluindo-se as atividades rurais (agropecuárias) que devem ser analisadas com metodologia similar, mas não idêntica. Para as atividades rurais utiliza-se fonte de dados diferente, dada a particular informalidade do setor e a difícil mensuração de empregados e a flutuação dos índices de emprego pela comum sazonalidade dos cultivos, portanto o cálculo não leva em conta o número de trabalhadores, mas a participação do território no Valor Adicionado Bruto da agropecuária no Território Foco, comparando-o com o VAB total e o mesmo para o Território de Referência. Isso será melhor explicado a seguir.

Tendo os dados de emprego urbano deve-se comparar os índices em cada setor no território foco da análise, neste caso, o município de Osório, com os mesmos dados em relação ao território referência - que deve obedecer uma estrutura maior que o território foco – assim podendo ser município em relação à região ou estado, estado em relação à região (divisões nacionais) ou país – para este trabalho tomam-se duas regiões comparativas: a região do Litoral Norte gaúcho e o estado do Rio Grande do Sul.

O resultado obtido denomina-se Quociente Locacional (QL), que “compara a concentração de emprego de uma determinada indústria em uma área (...) com outra área (a economia de referência)”, conforme North (1955, p. 300).

A fórmula do QL para atividades urbanas consiste na seguinte equação:

$$QL = \frac{EF}{ETF} \div \frac{ER}{ETR}$$

As definições de cada elemento da equação são as seguintes:

- i) EF = Número de empregados na atividade no território foco;
- ii) ER = Número de empregados na atividade no território referência;
- iii) ETF = Número de empregados em todas as atividades no território foco;
- iv) ETR = Número de empregados em todas as atividades no território de referência;

Assim, exemplificando a aplicação da fórmula, tomando-se um Território Foco (TF) e um Território de Referência (TR) quaisquer, e como atividade em análise a produção de calçados, poder-se-ia considerar que o Território Foco conta com 600 empregados nessa atividade e o Território de Referência um total de 3.000 empregados na mesma atividade, com um total de empregados em todas as atividades no Território Foco de 7.000 pessoas e no Território de Referência um total de 50.000 pessoas, ter-se-ia o seguinte:

$$EF = 600$$

$$ER = 3.000$$

$$ETF = 7.000$$

$$ETR = 50.000$$

$$QL = (600 / 7.000) / (3.000 / 50.000)$$

$$QL = (0,086) / (0,060)$$

$$QL = 1,428$$

O QL de 1,428 deste exemplo indica que o Território Foco é 42,8% mais especializado na produção de calçados do que o Território de Referência, na média da mesma atividade. Caso o valor ficasse abaixo de um, representaria que o Território de Referência seria mais especializado, em média, na atividade escolhida, do que o Território Foco analisado, enquanto um QL próximo de 1 representaria um grau de especialização similar a média do TF em relação ao TR. QL próximo a 1 ou

abaixo de 1 indicaria **não** haver especialização naquela atividade.

Utilizando essa fórmula, se calcula o QL de todas as atividades do território foco em comparação com o território de referência, ou neste caso, com dois territórios de referência, visto que pretende-se compreender a especialização de Osório em relação à sua região circunvizinha e com o estado ao qual está inserido o município. Após essa etapa se procura traçar as relações mercadológicas entre as atividades, montando agrupamentos com base nas cadeias produtivas, a fim de diagnosticar quais atividades se relacionam e são codependentes, visto que, como sustenta Paiva (2013, p.87), “o engate mercantil não é garantia de continuidade e do desenvolvimento”, sendo que a continuidade depende da “integração no território dos elos à montante (fornecedores de insumos) e à jusante (processadores e comercializadores) do produto-atividade de especialização inicial”.

A compreensão dessa classificação encadeada e sua análise prática é que promoverão a definição do território relevante, permitindo determinar qual região se relaciona com o território foco à montante e à jusante.

Para além da definição do território relevante é necessária a identificação do território foco – o demandante da análise – em sendo polo regional, polo sem região, polo com região difusa ou ainda em território polarizado – nesse caso, tendo outro território como polo de si. Tem-se ainda, como próxima etapa da classificação a separação em atividades Propulsivas e Reflexas e as chamadas Multifunção e posteriormente essa divisão é ainda mais refinada com a definição das funções dinâmicas ficando como X Propulsivas, TrS Propulsivas, Governo Propulsivas, Genérico Reflexas, Consumo Reflexas e Multifunção (ou Mista), como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – Tipos de classificações das cadeias e atividades produtivas.

TIPOS DE ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
Propulsivas	Atividades que atraem renda primária para o território, ou seja, atendem demanda externa ao território.
Reflexas	Atividades que atendem às demandas internas ao território. São resultado da demanda secundária, oriunda da renda auferida nas atividades propulsivas.
Multifunção (Mista)	Ocupam o limbo das atividades: são parcialmente propulsivas, mas também atendem o mercado interno
DIVISÃO DAS ATIVIDADES PROPULSIVAS	DESCRIÇÃO
X Propulsiva	Atividades propulsivas onde o consumo do que é vendido se dá no território do comprador. Ex.: exportações para outros territórios
TrS Propulsiva	Ocorre o deslocamento do consumidor até o território do fornecedor. Ex.: turismo.
Governo Propulsiva	Dispêndio governamental dentro do território. Ex.: Bases Militares (salários, infraestrutura), Colégios Estaduais, etc.
DIVISÃO DAS ATIVIDADES REFLEXAS	DESCRIÇÃO
Consumo Reflexa	Atende à demanda do consumidor local (Ex: Padarias e Farmácias; excetuadas regiões turísticas em período de veraneio)
Genérico Reflexa	Voltadas ao atendimento de demandas de distintos agentes sediados no local (consumidores, empresas ou órgãos governamentais), como consumo de energia elétrica ou telefonia.

Fonte: Adaptado de Paiva (2013). Montagem do autor.

As cadeias TrS Propulsivas em geral comportam elementos contra-intuitivos pois se assentam na prestação de serviços que, na maior parte dos territórios, volta-se ao atendimento do público local, domiciliado, caracterizando-se como atividades-cadeias Reflexas. Ora, a Economia de Osório assenta-se, essencialmente, em Cadeias e atividades TrS Propulsivas (Turismo e Serviços de Polo Regional) ou em cadeias subordinadas às Cadeias TrS (como a Construção Civil, cujo dinamismo é função do Turismo). Além disso, Osório deixou de ser “o” polo do Litoral e passou a ser “um” dos polos. Tais fatos complexificam sobremaneira a análise deste município.

3 OSÓRIO EM SEU CONTEXTO REGIONAL

A história do desenvolvimento socioeconômico do Rio Grande do Sul passa obrigatoriamente pelo litoral. Estendendo-se por toda a face Leste do Estado, o litoral ofereceu caminho para transporte de pessoas e cargas, por terra e água, sendo a água, talvez, o elemento mais relevante para o desenvolver da história gaúcha, e com certeza para o litoral.

Ferreira Filho (1974), menciona as características geográficas do litoral gaúcho, entre elas o mar “hostil e perigoso”, desafiando a navegação e impedindo que esse meio prosperasse das primeiras décadas século XVI até o século XIX, por diversas razões além destas, como a movimentação das dunas, o solo de baixa qualidade para a agricultura e as constantes guerras na fronteira com o Uruguai, especialmente, que afugentavam os cidadãos comuns de fixarem moradia no litoral gaúcho.

Em 1752, começam a chegar os açorianos, inicialmente com destino ao Noroeste gaúcho, mas devido à morosidade nas definições fronteiriças, especialmente nos trâmites do Tratado de Madrid, os imigrantes vindos das ilhas dos Açores acabaram ficando à própria sorte, precisando buscar parada principalmente às margens da Lagoa do Patos.

Ainda aguardando as terras que lhes foram prometidas, os ilhéus viram o Tratado de Madrid se dissolver e em 1763 ocorre a invasão espanhola sobre a Vila de Rio Grande, pondo em fuga diversos civis e causando também a troca da capital da província para Viamão, onde permaneceu por 10 anos (BARROSO, 2011).

Durante tal debandada muitos casais de portugueses foram se assentando nos núcleos já existentes, como Santo Antônio da Patrulha e Conceição do Arroio – hoje Osório – juntando-se aos açorianos que ali já haviam chegado, a partir de Santa Catarina. Posteriormente, por volta de 1770 começam a chegar imigrantes portugueses com destinos já definidos no litoral, em Santo Antônio da Patrulha e Conceição do Arroio e é a partir desse momento que toma vulto a história socioeconômica do litoral norte e, por conseguinte, de Osório, objeto deste estudo.

O espaço geográfico que hoje compreende o Litoral Norte do Rio Grande do Sul (LNRS) era, inicialmente, faixa de terra que compunha uma única vila, a Vila de Conceição do Arroio, que viria ser o município de Osório, desmembrado de Santo

Antônio da Patrulha em 1857 (IBGE, 2016), levando consigo a extensão que vai, a sul, de Palmares do Sul até Torres, ao norte, totalizando hoje 21 municípios pela formatação do Conselho Regional de Desenvolvimento do Litoral Norte (COREDE-LN), no qual Osório cumpre papel de município sede, numa população regional total de 296.083 habitantes (FÓRUM DOS COREDES, 2014, p.105).

“A península ao norte do canal (da Lagoa dos Patos) até Mostardas foi reservada para organizar a estância Real do Bojuru, que forneceria carne e montarias à guarnição da comandância” (CRUXEN, 2011, p.74). Outros autores, como Ferreira Filho (1974) e Silva (1985) destacam que o rebanho na estância do Bojuru era consideravelmente grande, especialmente na comparação com o rebanho observado na região. Apesar de não pertencer totalmente ao recorte do LNRS, a Estância do Bojuru em parte era território do que hoje é Palmares do Sul e tem estreita ligação com os acontecimentos e desenvolvimento dos atuais municípios da região.

Além da região de Palmares do Sul, Tramandaí também se destacava como local de criação de animais e vetor de povoamento, e em sua localidade foi concedida a primeira sesmaria, na fazenda chamada Paragem das Conchas. (IBGE, 2016 b). Sobre o processo de concessão das sesmarias ainda pesa que:

As primeiras sesmarias concedidas foram na região litorânea do RS e utilizavam a mão-de-obra dos peões. A doação de sesmarias deveria cumprir com os objetivos de: i) ocupar o território de modo a desenvolver alguma atividade econômica. ii) proteger as terras contra os ataques dos espanhóis e castelhanos; iii) retribuir os militares de guerra os esforços doados à coroa (DALBIANCO; BRITO; NEUMANN, 2009, p.4).

3.1 A formação oficial do Litoral Norte do Rio Grande do Sul

Santo Antônio da Patrulha foi um dos quatro primeiros municípios do Rio Grande do Sul, tendo sua fundação em 1809 e como sede a vila de Santo Antônio da Patrulha (antigamente chamada de Guarda Velha), contando então com quatro freguesias, sendo apenas uma no que hoje é o LNRS, exatamente a freguesia de Conceição do Arroio, que seria depois elevada a vila, tornando-se a base da região

do litoral norte do Rio Grande do Sul.

Mostra-se a seguir um Quadro organizando cronologicamente as fundações das freguesias, distritos e vilas (municípios) do LNRS.

Quadro 2 – Cronologia das formações administrativas dos municípios do Litoral Norte do Rio Grande do Sul

ANO	ACONTECIMENTO
1760	Santo Antônio da Patrulha torna-se freguesia de Santo Antônio.
1773	Criação do distrito Conceição do Arroio em Santo Antônio.
1795	Criação do distrito de Santo Antônio da Patrulha.
1809	Santo Antônio da Patrulha é elevado à vila.
1811	Santo Antônio da Patrulha é instituído município.
1857	Osório é elevado a Vila e desmembrado de Santo Antônio.
1878	Torres é elevado a município e desmembrado de Conceição do Arroio.
1885	Criado o distrito de Palmares (depois Passinhos) em Conceição do Arroio.
1905	Criado o distrito Marquês do Erval (depois Barra do Ouro) em Conceição do Arroio.
1911	Criado o distrito de Três Forquilhas em Conceição do Arroio.
1921	Distrito de Palmares vira Passinhos e é criado outro distrito chamado de Palmares em Conceição do Arroio.
1933	Criado o distrito de Cachoeira (depois Maquiné) em Conceição do Arroio.
1937	Criado o distrito de Cornélius (depois Capão da Canoa) em Conceição do Arroio.
1938	Conceição do Arroio passa a se chamar Osório. É criado o distrito de Itapeva (depois Itati) em Osório.
1955	É criado o distrito de Terra de Areia em Osório.
1965	Tramandaí se emancipa de Osório levando consigo o território que hoje pertence à Imbé.
1980	Criado o distrito de Capivari, em Osório.
1982	Capão da Canoa se emancipa de Osório. Palmares e Capivari formam o novo município de Palmares do Sul.
1988	Terra de Areia e Itati se desmembram de Osório para formar o município de Terra de Areia. Imbé e Cidreira se emancipam de Tramandaí. Arroio do Sal e Três Cachoeiras se emancipam de Torres.
1992	Morrinhos do Sul e Três Forquilhas se emancipam de Torres. Maquiné e Barra do Ouro se desmembram de Osório e formam Maquiné. Xangri-Lá se desmembra de Capão da Canoa.
1995	Dom Pedro de Alcântara e Mampituba se emancipam de Torres. Capivari do Sul se emancipa de Palmares do Sul. Itati se emancipa de Terra de Areia. Balneário Pinhal se emancipa de Cidreira.

Fonte: Adaptado de IBGE (2016).

O Quadro apresentado traz a ordem dos vilamentos e desmembramentos

com a criação dos demais municípios, oriundos de Osório e que formam hoje a região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Esse é o panorama das divisões ocorridas no LNRS, a partir do município original, Osório, que se dá da separação de sua célula mater, Santo Antônio da Patrulha.

As colonizações alemã e italiana vão contribuir, a partir da metade do século XIX, para o desenvolvimento econômico regional, pois é a partir desse momento que o perfil produtivo local começa a apresentar significativos avanços na diversificação da agricultura e com pequenos fabricos, principalmente de aguardente, melado, rapadura e açúcar, pelo processamento da cana-de-açúcar, especialmente na encosta da serra e na planície, por meio do cultivo de arroz, quase um século mais tarde.

O distrito de Marquês do Erval, hoje Barra do Ouro, em Maquiné, é localizado totalmente entre morros, tendo solo fértil e produtivo e já no final do século XIX plantava-se ali variedade de espécies, como “milho, feijão, batata, arroz, trigo e centeio que, infelizmente, não eram exportáveis pela falta de acesso aos centros consumidores”. (SILVA, 1985, p.21). Essa foi uma característica dos distritos, hoje municípios, de Maquiné, Três Forquilhas, Três Cachoeiras, Terra de Areia, Itati, Morrinhos do Sul, Mampituba e Caraá, por estarem entre a encosta e (parte do) planalto, com características edafoclimáticas que propiciam condições de plantio diversificado.

No começo do século XIX, em Três Forquilhas e proximidades se fabricava açúcar e rapadura que eram vendidas para “Cima da Serra”, enquanto em Dom Pedro de Alcântara e arredores de Torres se fabricava aguardente que era vendida em Porto Alegre (SILVA, 1985). Ainda hoje se produz cana nos municípios do Litoral Norte, especialmente nos que possuem território afastado da orla, sendo que em 2014 esses municípios somados produziram 37578 toneladas de cana-de-açúcar. (IBGE, 2016c)

A produção de cana e seus derivados no litoral foi mola propulsora ao desenvolvimento da região, e a partir do fim do século XIX já se utilizava o transporte via lacustre para levar a produção regional aos centros de consumo, especialmente em Porto Alegre, e até para exportação. Desde essa época o litoral já lidava com a sazonalidade, pois nos períodos de chuvas e maior incidência de ventos, os fretes eram dificultados e a atividade econômica diminuía. (SILVA, 1985).

Diante das dificuldades de escoamento rápido e barato para a produção da região estudava-se fazer uma ligação via lacustre, de Osório a Torres, o que era considerada, por volta de 1890, operação fácil, visto que a maior parte das lagoas já se ligava naturalmente, sendo preciso apenas a dragagem de alguns pontos, porém o trecho entre a Lagoa do Marcelino e a Lagoa dos Barros (Osório), bem como dos Barros até o Rio Capivari (Capivari do Sul) era considerado de difícil execução, devido à longa distância e qualidade do solo. Foi então que se optou pela ligação provisória entre Osório e Palmares do Sul pela estrada de ferro.

Nesse período já haviam começado as obras de ligação e dragagens das lagoas, o transporte lacustre continuava existindo, sob perspectiva de melhorias. Assim, em 1922 inaugura-se a estrada de ferro que ligaria Osório a Palmares, complementando o traçado das lagoas e ligando, então, Torres à Porto Alegre. Esse foi um momento de desenvolvimento da região, com a criação de novos empregos, envolvidos na construção e manutenção dos transportes, dada à facilitação do escoamento da produção local e pelo turismo que começa a acontecer, de forma também facilitada, no litoral gaúcho.

É interessante observar o quanto a navegação lacustre e, conseqüentemente, a estrada de ferro beneficiaram esta região, quando os serviços de transporte criados na época ainda não eram obsoletos. Aquela inicial agitação comercial implicou uma série de outras atividades. Com os povoados crescendo, a vida comunitária intensificou-se, trazendo maior participação social. (SILVA, 1985, p. 93)

A manutenção dessas lagoas, evitando o assoreamento, era de alto valor para a iniciativa privada e para o governo estadual, e seus custos altos vinham proporcionando prejuízo anual para os operadores dos transportes. A situação viria se agravar a partir de 1942, quando uma forte seca trouxe enormes prejuízos para a navegação e em 1947 ocorreu o maior naufrágio lacustre do estado, ocasionando a morte de 18 pessoas, causando receio à população local em utilizar o meio como transporte, enfraquecendo mais um pouco a frágil estrutura econômica da navegação que contava com a renda vinda de cargas e passageiros.

Por volta de 1950, a rodovia já havia tomado a preferência nos transportes e gradativamente as estruturas lacustres, bem como a ferrovia, foram sendo

desativadas, findando oficialmente em 1960. Hoje a Estrada do Mar e a BR 101 oferecem suficiente suporte logístico para os produtores e turistas da região, enquanto as lagoas são agora utilizadas para fins recreativos, mas o processo de melhorias na infraestrutura de transportes foi fundamental para a manutenção dos produtores rurais e crescimento econômico da região nesse período da história.

A produção agropecuária do Litoral Norte ainda hoje tem razoável representatividade no total da produção gaúcha, com destaque para os produtos do Quadro a seguir, no qual se obtém a participação da produção agropecuária (produtos selecionados) sobre a produção total do Rio Grande do Sul, considerando o triênio de 2011 até 2013, sendo que o Litoral contribui com 1,6% do Valor Adicionado Bruto da produção agropecuária do estado do Rio Grande do Sul.

Quadro 3 – Valor e produção agropecuária no triênio (2011-2013) da Microrregião Osório (RS) sobre o valor e produção agropecuária do Rio Grande do Sul

PRODUTO	Quantidade Produzida no RS	Quantidade Produzida no Litoral Norte (RS)	LITORAL NORTE SOBRE RS
Mel de abelha	48.374	1.160	2,4%
Bovino	14.218.778	220.894	1,6%
Bubalino	74.048	2.152	2,9%
Caprino	100.036	1.615	1,6%
Equino	492.256	10.993	2,2%
Banana (cacho)	82.627	73.421	88,9%
Laranja	213.726	3.664	1,7%
Maracujá	3.977	3.969	99,8%
Abacaxi	5.470	3.608	66,0%
Arroz (em casca)	4.250.877	249.184	5,9%
Cana-de-açúcar	119.030	5.552	4,7%
Feijão (em grão)	170.046	3.152	1,9%
Mandioca	898.450	33.298	3,7%
Tomate	155.326	6.381	4,1%
VAB Agropecuário	21.326.066	331.014	1,6%

Fonte: Adaptado de IBGE (2016).

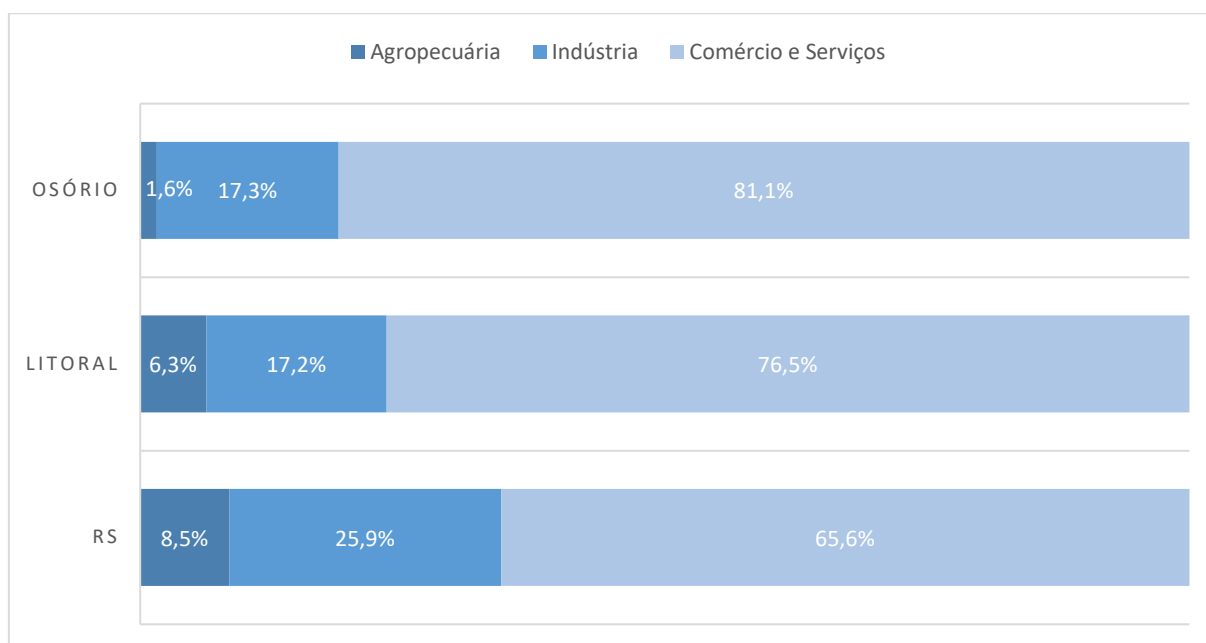
Osório, em seu atual recorte, considerando o triênio 2011-2013, tem apenas

1,6% do seu Valor Adicionado Bruto total na agropecuária, 17,3% na indústria e 81,1% nos serviços e comércio. No LNRS a participação industrial é bastante semelhante, porém a participação dos serviços é menor, enquanto a agropecuária compensa essa diferença.

No Rio Grande do Sul em seu todo, tem-se 8,5% de participação da agropecuária no VAB total, contra 25,9% na indústria e 65,6% no comércio e serviços, indicando uma matriz completamente diferente na comparação do Estado com o município de Osório, que tem uma participação muito discreta nas atividades ditas rurais, enquanto os serviços constituem sua grande força econômica, típico de um polo regional, voltado à prestação de serviços à empresas e famílias.

Cabe mencionar que a baixa participação do setor agropecuário no VAB não torna suas atividades sem importância, mesmo porque muitas delas vão contribuir como elos de cadeias produtivas que serão complementadas pelas atividades urbanas, como a criação de rebanhos e a produção de laticínios e produtos da carne, que empregam significativamente e têm QLS altos, como veremos apropriadamente no capítulo quarto.

Figura 1 – Participação do Valor Agregado Bruto nos setores econômicos por região, base triênio 2011 a 2013



Fonte: FEE (2016).

A participação de Osório nos empregos formais da região tem se mantido estável nos últimos anos. Conforme dados levantados na RAIS, de 2002 à 2015, Osório vem mantendo a faixa de 15% dos empregos do Litoral Norte, com pequena variação a cada ano, nunca ultrapassando 1% de participação desde 2003, porém se observa que a participação dos municípios com orla tem aumentado no período. A variação, ainda que pequena, percebida em Osório vem apresentando certa irregularidade, alternando picos de aumento na participação, seguidos de quedas.

Os demais municípios que apresentam grande participação nos empregos formais são, respectivamente, com base no ano de 2015, Capão da Canoa, com 15,67%, Santo Antônio da Patrulha, com 12,34%, Torres com 12,29% e Tramandaí com 11,67%. Esses quatro municípios, juntos, mais Osório, corresponderam a 67,23% dos empregos da região.

Na comparação com os municípios que compartilham funções de polo regional com Osório – Torres, Tramandaí e Capão da Canoa -, Osório foi o que obteve o pior desempenho, enquanto Tramandaí foi quem mais aumentou a taxa de emprego, no período 2002-2015, entre estes municípios. De 2000 a 2010 o município teve um decréscimo de quase 6% na população rural, sendo que pelos dados do censo de 2010, a população rural de Osório estava em 7% do total da população, enquanto no Rio Grande do Sul essa taxa é de quase 15%.

Em termos de variação populacional, Osório teve aumento de 13,22% entre os censos de 2000 e 2010, enquanto Capão da Canoa cresceu 37,85%, Tramandaí cresceu 33,97%, Torres 12,23% e nos municípios com orla na parte norte do Litoral Norte, o crescimento do período foi superior aos 40%.

O crescimento populacional de Osório fica próximo da média do LNRS, mas em relação ao emprego, Osório cresceu acima da média do Rio Grande do Sul e abaixo da média litorânea. O maior crescimento populacional em Osório se deu no distrito de Atlântida Sul (praias), com 33,29%. Tal fato revela que a diferença entre o crescimento do polo urbano propriamente dito e a média litorânea é ainda maior do que os dados deixam entrever num primeiro momento: parte do crescimento de Osório deu-se em sua pequena orla e foi causado pelas mesmas determinações que levaram ao crescimento dos “novos polos concorrentes”.

3.2 Osório em seu recorte atual

As discrepâncias no que diz respeito às taxas de crescimento demográfico não negam, contudo, a unidade essencial dos diversos municípios do Litoral. A dinâmica econômica do conjunto dos municípios desta região está, direta ou indiretamente, definida pela dinâmica do turismo. Esta tese vem sendo corroborada nas mais distintas pesquisas, tais como: Reis (2016), Maggi (2003) Duarte (2015), Duarte (2010), Molina (2011) e praticamente toda a bibliografia que trata de assuntos do litoral gaúcho já mencionada nesse trabalho.

Além disso, é notório que o município de Osório conta com características naturais e artificiais que o promovem com forte tendência à logística, pois sua posição geográfica e o nó de rodovias importantes que cruzam seu território, promovem esse local como ponto de passagem – e de paragem – no trânsito de mercadorias e pessoas (turistas em direção, principalmente, à orla do Litoral Norte e às praias de Santa Catarina), utilizando as rodovias BR 101, RS 389 (Estrada do Mar), RS 030 e BR 290 (Freeway).

Osório serviu de base para formar todo o LNRS, tendo papel central no desenvolvimento da região, servindo – historicamente, e isto deixa marcas e raízes profundas – como o principal polo prestador de serviços complexos ao conjunto da região, envolvendo áreas de saúde, educação, justiça e atendimento a entidades e organizações empresariais e sociais.

Com o aumento da prática turística, principalmente buscando a praia, inicialmente por motivos de saúde e bem-estar e, posteriormente, para lazer, os municípios que contam com maior extensão de orla ganharam autonomia e começaram a captar algumas atividades especializadas para além do atendimento direto ao turismo, mas diretamente ligadas a ele.

Com isso, o Litoral Norte, que antes tinha em Osório seu pilar principal para o atendimento dos serviços começou a contar com a ascensão de outros dois polos, Tramandaí e Capão da Canoa, e assim houve uma reestruturação e divisão do trabalho. Desta forma, Osório vem perdendo seu protagonismo como polo regional, mas sem deixar de ainda oferecer uma gama de serviços importantes, principalmente no apoio aos serviços de turismo.

Por não ter lhe restado orla significativa – são apenas 2 km de faixa de mar nas praias de Atlântida Sul e Mariápolis – Osório não obtém o mesmo proveito de atendimento **direto** ao turista que as demais praias da região, assim, lhe cabe atender às demandas que as empresas e pessoas que residem e trabalham no Litoral lhe impõem, oferecendo espaço para **comércio atacadista, educação, logística, qualificação de trabalhadores e empresários, prestação de serviços jurídicos**, dentre outros serviços característicos de um município polo.

4 O QUOCIENTE LOCACIONAL (QL) – APLICAÇÃO E ANÁLISE

Um dos primeiros pontos necessários à compreensão da metodologia adotada nesse trabalho, no que se refere ao Quociente Locacional, trata de uma analogia sobre a necessidade das organizações em otimizar custos e racionalizar o trabalho. Nesse sentido, Penrose ([1959] 2006) demonstra que é necessário identificar os recursos com subutilização para que neles sejam mobilizadas ações que visem seu melhor aproveitamento, aumentando a produtividade do capital. Goldratt (1997), por sua vez, entende que a identificação de um gargalo em um processo encadeado permite que nele se façam investimentos a fim de ampliar a capacidade de oferta e alargar o fluxo de renda e demonstra que dedicar investimento em elos que não são gargalos apenas geraria mais subutilização.

Paiva (2013, p.154), aponta que “o ponto de partida do desenvolvimento regional não pressupõe investimentos pesados, podendo se basear no aproveitamento dos recursos do território que definem ‘a sua’ (ou as suas poucas) vantagem(ns) absoluta(s)” e complementa dizendo que para um adequado planejamento do desenvolvimento econômico territorial é preciso identificar as cadeias produtivas, hierarquiza-las e avaliar sua(s) capacidade(s) de diversificação .

Além disso, é fundamental que se observe o potencial de expansão da demanda sobre os núcleos centrais das cadeias e a capacidade de resposta do território ao aumento da demanda.

4.1 Análise da dinâmica econômica de Osório à luz do Quociente Locacional

Muitas informações já foram trazidas neste trabalho na caracterização do território foco da análise, ou seja, o município de Osório, e algumas informações referentes aos cálculos dos Quocientes Locacionais foram empregadas nas etapas anteriores a este capítulo. A partir deste ponto pretende-se trazer essas informações de forma mais estruturada, com mais detalhes e apresentar, finalmente, aspectos mais analíticos sobre os dados colhidos na pesquisa.

O ano-base para uso dos dados é 2014 e justifica-se isso em função dos ajustes das informações que são realizados nos dados publicados pelos institutos de

pesquisa, sendo que os dados para 2014 estão consolidados e já passaram por revisão.

No ano de 2014, especificamente em 31 de dezembro, Osório contava com 124 atividades econômicas (agrupamento) listadas no CNAE 2.0, em um total de 270 atividades urbanas existentes no Brasil. No Litoral Norte gaúcho eram 178 atividades no total, não considerando o município de Osório, enquanto no Rio Grande do Sul havia empregados em 265 atividades. Contam-se aqui apenas as atividades urbanas, visto que a mensuração de empregados nas atividades rurais é imprecisa, dado o alto grau de informalidade percebida nas atividades “do campo”. Osório apresentava em 2014 um total de 11.467 pessoas empregadas, enquanto se observavam 75.874 pessoas empregadas no Litoral Norte e 3.109.179 no Rio Grande do Sul no mesmo ano.

4.1.1 Análise das cadeias produtivas de Osório e seu contexto regional

O fato de ter sido o precursor da região chamada Litoral Norte tornou Osório o município polo de toda a região, ainda que, como já mencionado, Osório venha deixando de ser o único – e principal – polo regional. Muito da estrutura produtiva inicial permanece em seu território, permitindo que alguns serviços característicos de polo regional encontrem em Osório especialização e ambiente adequado para seu desenvolvimento.

Os cenários naturais, com grande extensão de lagos, interligados ou não, a pequena, mas importante, extensão de praia, morro, cascatas, bem como elementos artificiais, como o mirante do Morro da Borússia, as rampas de voo livre, os variados esportes de aventura praticados, tornam Osório um município que desperta atenção para o turismo.

Entretanto, conforme a história local foi se desenvolvendo e como o turismo “sol e mar” se tornou o mais praticado no Brasil, conforme dados do Estudo da Demanda Turística Internacional 2004 a 2010 (BRASIL, 2011), chegando a representar mais de 90% dos tipos de turismo praticados em destinos litorâneos pesquisados, os municípios localizados na faixa de mar, com maiores extensões de orla, acabaram capitaneando o atendimento da demanda turística do Litoral Norte.

Isso fez com que Osório ficasse mais intensivo em suas **atividades de serviço de apoio**, exercendo sua função **principal de ofertador dos serviços característicos de polo regional**, afastando-se assim do contato mais direto com o turismo, mas servindo-se e dependendo integralmente do mesmo, dada a sua relação mercadológica com seus demandantes regionais, que por sua vez são completamente dependentes do turismo.

Essa afirmação sustenta-se nos QLS obtidos nos Serviços de Polo Regional (SPR), em Osório, que o difere das características gerais do Litoral Norte, conforme pode ser visto no Quadro 4, a seguir.

Quadro 4 – Empregos e QL nas cadeias produtivas. Relação Osório x Litoral Norte e Osório x RS e função dinâmica das cadeias

CADEIA	EMPREGOS OSÓRIO	EMPREGOS LN	EMPREGOS RS	QL OSÓRIO X LN	QL OSÓRIO X RS	FUNÇÃO
SPR - Mistos ⁵	1117	3985	181494	1,85	1,67	TrS Propulsiva
SPR - Logística	1208	4910	235861	1,63	1,39	TrS Propulsiva
SPR - Educação	470	1547	120530	2,01	1,06	TrS Propulsiva
SPR - Empresas	494	2739	169074	1,19	0,79	TrS Propulsiva
SPR - Saúde	463	2557	145904	1,20	0,86	TrS Propulsiva
SPR TOTAL	3752	15738	852863	1,58	1,19	TrS Propulsiva
CONSTRUÇÃO CIVIL	1220	8469	216916	0,95	1,52	Multifunção
TURISMO ⁶	701	5278	136225	0,88	1,40	TrS Propulsiva
COUREIRO CALÇADISTA	1454	4338	107071	2,22	3,68	X Propulsiva
ENERGÉTICA	371	623	29588	3,94	3,40	X Propulsiva
PROTEÍNA ANIMAL	216	897	86319	1,59	0,68	X Propulsiva
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1557	14118	412464	0,73	1,02	Governo Propulsiva
SERVIÇOS BÁSICOS	1980	21167	523793	0,62	1,02	Consumo Reflexa
INDETERMINADA	216	2672	244039	0,53	0,24	Indeterminada
TOTAIS	11467	75874	3109179			

Fonte: Adaptado de IBGE (2014, 2016).

⁵ Atividades Mistas atendem tanto à demanda doméstica quanto empresarial.

⁶ Atividades tradicionalmente relacionadas ao Turismo.

4.1.1.1 Cadeia SPR – Serviços de Polo Regional

O Quadro 4 apresentou a classificação das atividades econômicas urbanas encadeadas no município de Osório. As primeiras cinco sub-cadeias, prefixadas como SPR, referem-se a uma grande cadeia de Serviços de Polo Regional, porém, devido à diversificação das atividades e diferentes formas de relação como o Litoral Norte e com o Rio Grande do Sul, subdividiu-se essa grande cadeia pelas suas especificidades, para melhor compreensão.

Esta é a cadeia mais importante para o município, pela alta empregabilidade observada no somatório das sub-cadeias, onde tinha-se ao todo 3752 pessoas formalmente ocupadas nas atividades dessa grande cadeia, ou seja, um terço do total. O QL da cadeia total demonstra exatamente a relação de Osório como polo regional - função que executa juntamente com Tramandaí e Capão da Canoa e, mais distante, Torres. Com QL de 1,58 em relação ao Litoral e 1,19 em relação ao Estado, fica claro o papel importante de Osório para a região como polo prestador dos serviços que compõem a cadeia.

A sub-cadeia **SPR – Mistas** compreende atividades de serviço e comércio para atendimento de demandas a consumidores (ainda que não necessariamente domiciliados em Osório) e empresas do Litoral Norte, (por isso chamada “Mista”), e tem QL alto tanto no nível regional quanto na esfera estadual, além de alta empregabilidade, atingindo 1117 pessoas empregadas em Osório, sendo responsável por 10% dos empregos do município. Isso se deve ao fato de que algumas atividades concentradas em Osório extrapolam a demanda do entorno, atendendo uma região ainda maior, em atividades em que os demais polos não estão especializados, elevando o QL nas duas relações, conduzidos principalmente pelo comércio de veículos, vigilância e segurança privada e comércio de produtos alimentícios⁷.

A seguir, ainda tratando das sub-cadeias dos Serviços de Polo, tem-se a **SPR - Logística**, que nesse caso não está aparentemente ligada ao turismo, mas considerando que todo o litoral vive basicamente de turismo, sua parcela voltada a atender as demandas regionais é indiretamente impulsionada pelo turismo, principalmente pelas atividades de reparo de motores e veículos, comércio de

⁷ Ver Anexo A – Atividades Encadeadas em Osório.

combustível e comércio de peças automotivas.

Essa sub-cadeia empregava, em 2014, 1208 pessoas e tem QL alto tanto na comparação regional quanto estadual, sendo uma cadeia de função dinâmica “TrS Propulsiva” que certamente está atendendo o Litoral na mesma medida em que atende outras regiões.

O conjunto de rodovias no território e o cruzamento entre as mesmas, o fato de estar no caminho entre região metropolitana de Porto Alegre e o estado de Santa Catarina, via BR 101, que juntamente da Estrada do Mar e RS 30 conecta praticamente todo o litoral com as demais regiões do estado e de fora dele faz de Osório trecho de passagem – e paragem – de todo tipo de viajante, criando uma forte dinâmica em torno das atividades logísticas⁸.

Osório ainda apresenta QL alto na cadeia **SPR - Educação**, que envolve o Ensino Superior, Médio, Técnico, Infantil e outras atividades de ensino, empregando 470 pessoas em 2014 e com QL de 2,01, o que significa que o município é duas vezes mais especializado nestas atividades que o restante do LNRS e a definição de SPR, neste caso, se comprova pelo QL da mesma sub-cadeia na comparação com o Estado, que fica em 1,06, ou seja, mesmo tendo o dobro de especialização que sua região, Osório é tão especializado quanto a média do Rio Grande do Sul, reforçando que sua especialização se dá na escala regional e tem função dinâmica “TrS Propulsiva”.

Esta sub-cadeia é fortemente sustentada pelas faculdades, como a Faculdade Cenecista de Osório (FACOS), a Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (UERGS) e o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) que movimentam a economia local com geração de empregos diretos e indiretos, por meio das atividades reflexas, como bares e lancherias, aluguéis de moradia, transportes (relação com a logística), livrarias, entre outras, atraindo públicos de fora do município em função dinâmica “TrS Propulsiva”. Além das atividades de ensino superior, Osório é procurado por municípios vizinhos para uso da sua oferta de ensino médio e técnico, o que contribui com os QLS altos, especialmente para o Litoral Norte.

A sub-cadeia **SPR – Saúde**, por sua vez, apresenta um QL pouco acima de 1, estando praticamente no mesmo nível de especialização, na comparação com o

⁸ Ver anexo A.

LNRS, enquanto apresenta QL abaixo de 1 na comparação com o Rio Grande do Sul.

A despeito de estar com QL pouco acima da unidade, as atividades de saúde são oferecidas para uma considerável população do entorno, vinda de municípios que não dispõem de hospital, bem como das demais atividades relacionadas, como serviços especializados na área, casos como Maquiné, Caraá, Santo Antônio e Terra de Areia (entre outros mais distantes). Cabe destacar que Tramandaí é o principal polo de saúde na região.

Na sub-cadeia **SPR – Empresas** foram colocadas as atividades de comércio atacadista, serviços especializados, como publicidade e contabilidade, entre outras, que vêm complementar o leque de serviços típicos de polo regional, prestados ao Litoral Norte e em algumas atividades, com maior especialização que o Estado.

Esta é a sub-cadeia do grupo SPR que apresenta os menores QLs, indicando que aqui, bem como ocorre com a sub-cadeia de saúde, Osório perde um pouco de seu protagonismo frente a outros municípios da região, mas que a sub-cadeia tem potencial para ser ampliada, em um esforço conjunto para que se mantenha papel primário de berço da organização social e planejamento da região.

Ações como a vinda do Escritório Regional da Junta Comercial, em curso, por intermédio da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Osório (ACIO), bem como a existência - e manutenção - da sede do COREDE Litoral no município, entre outras possibilidades, fazem parte da estratégia de preservação da característica de polo regional e a sustentação do protagonismo do município como principal polo do LNRS.

A cadeia **SPR** é de suma importância para o planejamento do município em seu desenvolvimento e cada sub-cadeia tem muito peso e particularidades. Mesmo que tenham sido separadas, para facilitar a compreensão sobre as mesmas, elas estão diretamente ligadas entre si e à dinâmica econômica do Litoral.

Sabe-se que o turismo é o grande propulsor do desenvolvimento econômico do Litoral Norte, e ainda que Osório seja menos expressivo no atendimento das demandas diretas dos turistas, em comparação com o LNRS, seu papel de polo depende da força da atividade turística na região, já que é por meio da entrada da renda trazida pelo turismo que Osório é tencionado economicamente em seus serviços de polo.

4.1.1.2 Cadeia da Construção Civil

A cadeia da **Construção Civil** apresenta QL de Osório para o LNRS muito próximo a um, mas é alto em relação ao estado gaúcho, ficando em 1,52 e uma empregabilidade de 11% do total de empregos em Osório.

Numa análise superficial desses dados, supõe-se que Osório não tenha representatividade na cadeia de construção civil regional, porém esse QL aparentemente baixo compete com a cadeia de segundo maior QL do LNRS e que ocupa o terceiro lugar em postos de trabalho na região, sendo assim, é normal que Osório esteja na mesma média da região e que tenha QL alto sobre o estado, pois a média da região é alta.

A cadeia da construção civil em Osório é parte da mesma cadeia no Litoral, oferecendo produtos e serviços específicos com maior especialização, como abertura de estradas, extração de pedra, areia e argila (outro aspecto ligado à geografia local), serviços de apoio entre outras.

Sabendo-se que muitos municípios da região não vão apresentar QL alto na construção, percebe-se que Osório alia-se a outros municípios, como Capão da Canoa, Tramandaí e Torres, para compor um QL elevado nessa cadeia, que é, na verdade, um subproduto do turismo.

4.1.1.3 Cadeia do Turismo

A cadeia chamada de Turismo envolve não só aquelas atividades que no Brasil são consideradas características do turismo - como restaurantes, hotéis, e espetáculos, - mas, igualmente bem o comércio varejista com QL significativamente superior à unidade. Vale notar que o QL de Osório em relação ao Litoral é inferior à unidade (0,88); mas supera significativamente a unidade (1,4) quando tomamos o Estado por referência.

Este fato confirma a aplicação da metodologia, uma vez que se sabe que a grande demanda de turistas do litoral se dá na orla, e quanto mais orla, mais o município pode explorar esse turismo.

Osório conta com apenas 2 km de orla, mas a despeito de pequena, ela é

economicamente importante para o município ao participar da dinâmica econômica regional, o turismo, de forma direta, com espaço para as segundas residências e para a fixação de aposentados e trabalhadores que auferem renda em outro local, mas por razões de qualidade de vida acabam se instalando no litoral.

Porém, seu pequeno espaço de praia não é suficiente para superar a média de empregabilidade do turismo no Litoral Norte, que tem sua economia quase que totalmente dependente do turismo (considerando a construção civil como sub-produto do turismo), como mostra o Quadro 5, que apresenta as cadeias e os QIs do Litoral Norte, sem a participação de Osório, visto que a intenção é justamente conhecer em que o Litoral Norte é especializado, para assim poder se extrair a relação de dependência e contribuição de Osório para com a região.

Quadro 5 - Empregos e QI nas cadeias produtivas. Relação Litoral Norte (sem Osório) x RS e função dinâmica das cadeias.

CADEIA	EMPREGOS LN	QI X RS	EMPREGOS RS	FUNÇÃO	EMPREGOS (%)
TURISMO	20071	1,88	514172	TrS Propulsiva	31%
CONSTRUÇÃO CIVIL	11188	1,75	309183	TrS Propulsiva	17%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	12561	1,47	412464	Gov. Propulsiva	19,5%
CALÇADISTA VESTUÁRIO	3093	1,17	128161	X Propulsiva	5%
MÓVEIS E MADEIRA	1046	0,98	51485	Consumo Reflexa	2%
SPF - SAÚDE	3789	0,92	199181	Consumo Reflexa	6%
SPF	3124	0,75	200611	Consumo Reflexa	5%
METALÚRGICA	1571	0,53	143561	Consumo Reflexa	2%
SPE	3656	0,50	349678	Genérico Reflexa	6%
SPF - EDUCAÇÃO	1083	0,43	121212	Consumo Reflexa	2%
MISTA	1367	0,40	165433	Genérico Reflexa	2%
PROTEÍNA ANIMAL	695	0,38	87290	Consumo Reflexa	1%
SIUP	756	0,38	96671	Genérico Reflexa	1%
INDÚSTRIA	407	0,21	94446	Consumo Reflexa	1%

Fonte: Adaptado de IBGE (2016).

Osório ainda conta com alguns cenários propícios à prática turística, com grande quantidade de lagoas, rios, cachoeiras, ambientes rurais, atividades esportivas radicais, como voo livre em asa delta e parapente, aeromodelismo e voo à vela,

mountain-bike e motocross em trilhas, entre outros segmentos esportivos bastante praticados.

As lagoas e a grande área rural (não utilizada para a agropecuária) contribuem com a possibilidade de ampliação dos condomínios e das casas de “segunda residência”, que como já mencionado, contribuem sensivelmente para o ingresso de renda externa no município.

4.1.1.4 Cadeia Coureiro Calçadista

A cadeia coureiro calçadista tem pouca diversificação em Osório e os empregos gerados são muito concentrados, ficando quase 90% deles em apenas uma empresa, a Calçados Beira Rio, tipicamente uma cadeia de formação sintética.

O QL elevado e o alto nível de emprego colocam-na como importante elemento de atividade econômica em Osório, porém a falta de outros elos da cadeia no território, ou em proximidade suficiente, transforma essa cadeia em um núcleo isolado, que gera muitos empregos, mas que tem pouca capacidade de expansão.

Não se espera que indústrias químicas, injetoras, metalúrgicas, entre outros elos importantes em uma cadeia coureiro calçadista completa, se instalem em Osório ou em municípios próximos, porque há basicamente uma empresa com representatividade em empregos e produção.

Assim, é pouco provável que a cadeia calçadista seja ampliada no município, exceto se houver decisão política e altos investimentos (tanto em Osório, quanto na região como um todo), para trazer mais empresas do setor, formando uma espécie de *cluster* e desta forma, pelo aumento do volume de produção, atrair outras empresas relacionadas, que percebam vantagens competitivas em instalarem plantas produtivas no território e região. De qualquer modo, é uma expansão que demanda muito investimento e depende de uma atividade que vem enfrentando constantes crises nos últimos anos.

4.1.1.5 Cadeia Energética

A cadeia de Energia envolve a produção de energia eólica e os serviços por ela demandados e as atividades de transporte dutoviário para o petróleo que é recebido em Tramandaí. É uma cadeia curta, de formação sintética, sem grandes desdobramentos e com pouca flexibilidade, sendo que a possibilidade de utilização de políticas públicas municipais para seu desenvolvimento se tornam quase nulas. Porém é uma cadeia sensível à administração municipal, uma vez que engloba as duas principais contribuintes na arrecadação de ICMS e *royalties* do município e oferecem grande empregabilidade, participando com 371 empregos em apenas 4 atividades encadeadas.

Os principais desdobramentos que essa cadeia vem oferecer em Osório são referentes ao ensino técnico (elétrica), manutenção de motores e atividades metalúrgicas (relacionadas com atividades de manutenção de tanques na Petrobras), e demais atividades reflexas, que são movidas pelos salários dos trabalhadores da cadeia em seus gastos domésticos.

4.1.1.6 Proteína Animal

A cadeia de Proteína Animal compreende atividades que vão desde a produção rural, como a criação de rebanhos até a fabricação e comércio dos seus derivados, como carnes, embutidos, laticínios, bem como plantio de mandioca e arroz e a fabricação de ração animal.

A cadeia de Proteína Animal é a primeira que vai receber atividades rurais diretamente na sua composição, sendo que para elas o QL se faz na comparação apenas com o estado e não se pode mensurar precisamente o número de trabalhadores envolvidos dada a grande informalidade, característica das atividades rurais.

Sendo esta uma lacuna da metodologia, não há como adicionar os QLS agropecuários diretamente na cadeia (pois o QL da cadeia é calculado pela soma de empregos das atividades), ficando assim uma análise mais subjetiva das relações da cadeia.

O que se pode afirmar é que, devido aos altos QLs que as atividades rurais possuem na composição da cadeia de proteína animal, o QL urbano, na relação de Osório com o Rio Grande do Sul, que inicialmente é de 0,68 vai crescer com a adição das atividades agropecuárias, em que se observam os seguintes QLs da cadeia Proteína Animal:

Quadro 6 – QL da cadeia Proteína Animal em Osório em relação ao Litoral Norte e Osório e do Litoral Norte em relação ao Rio Grande do Sul

ATIVIDADES	EMPREGOS OSÓRIO	QL OSÓRIO X LN	QL OSÓRIO X RS	EMPREGOS LN	EMPREGOS RS
Bubalino*			11,17		
Arroz (em casca)*			5,23		
Caprino*			3,14		
Bovino*			2,54		
Mandioca*			1,55		
Ovino*			1,35		
Abate e fabricação de produtos de carne	179	4,01	0,84	295	57872
Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais	28	0,40	0,40	464	18879
Laticínios	9	0,43	0,26	138	9568
TOTAIS	216	1,59	0,68	897	86319

Fonte: Adaptado de IBGE (2016).

Nota: Células destacadas (*) indicam atividades rurais.

A cadeia de Proteína Animal empregava em 2014, nas atividades urbanas, 216 pessoas, sem contar os empregos rurais, porém pelos altos QLs obtidos nas atividades agropecuárias se presume uma empregabilidade e especialização do trabalho altas, bem maiores que a média do estado do Rio Grande do Sul. É, portanto, uma cadeia com condições de crescimento e que merece a atenção do poder público para receber investimentos.

4.1.1.7 Administração Pública e Serviços Básicos

A Administração Pública em Osório apresenta QL baixo na comparação com

o Litoral e exatamente na média do Rio Grande do Sul. Isso parece se explicar pela maior formalidade do emprego e maior diversificação produtiva de Osório, que já evoluiu economicamente e não é mais tão dependente da ação propulsiva dos poderes públicos.

Por outro lado, o LNRS é composto de pequenos municípios que não apresentam conformação de independência econômica e que acabam sendo extensões de outros municípios maiores. Nesses locais a dependência da administração pública é ampliada, pois o poder público acaba sendo o maior gerador de empregos na etapa inicial de uma nova unidade territorial.

A cadeia de Serviços Básicos, por sua vez, engloba atividades diversas, não ligadas diretamente a nenhuma das cadeias anteriores, sendo comércio e prestação de serviços variados prestados às famílias, as principais atividades desta cadeia. Apresenta QL baixo para o Litoral e na unidade para o RS, indicando que o Litoral é mais especializado nessas atividades que Osório, mas na relação com o estado mantem-se na média. Esta é uma cadeia que para Osório tem função reflexa, pois não tem autonomia para se desenvolver e sequer apresenta especialização relevante do trabalho, sendo resultado da distribuição da renda no território.

4.1.1.8 Atividades Indeterminadas

As demais atividades são classificadas como “indeterminadas” porque não fica clara a relação delas com outras cadeias ou mesmo entre si. Elas não formam uma cadeia, mas um agrupamento de atividades que merecem análise mais cautelosa a fim de encadeá-las corretamente.

Em uma análise minuciosa seria necessário investigar a relação e o engate mercantil destas atividades para entender em qual contexto elas estão presentes no território, mas isso demandaria muito tempo de investigação e seu resultado não é relevante para os objetivos deste trabalho.

4.2 Hierarquização das cadeias

Conforme a metodologia usada por Paiva (2013), com base no QL, o próximo passo após a definição das cadeias produtivas e sua função dinâmica é hierarquizar as cadeias. O principal critério de hierarquização é a maximização do benefício por unidade de investimentos/dispêndios. Quando estes últimos são realizados em gargalos reais os ganhos líquidos advindos da significativa expansão do fluxo de produção e renda por unidade de capital permitem a rápida recomposição da liquidez e da capacidade de investimento do sistema. Esta maximização de ganhos por unidade dispêndio deve levar em consideração não apenas os efeitos diretos (no próprio setor-elo onde se fez o investimento), mas igualmente bem os efeitos secundários (nos demais setores-elos) e terciários (setores reflexos).

Assim, não basta considerar os efeitos de um determinado investimento ou política governamental sobre um único setor ou mesmo sobre uma única cadeia. Para avaliar o benefício líquido global de um dado investimento-dispêndio-custo é preciso avaliar todos os desdobramentos do mesmo. Exemplificando: um investimento público bem sucedido na promoção do turismo deve (ou não!) ter desdobramentos sobre a construção civil na região. E, por conseguinte, devem ter desdobramentos sobre a demanda permanente (anual) sobre o comércio a varejo. Pergunta-se: investimentos públicos (na forma de subsídios ou de concessão de infraestrutura industrial) para o setor calçadista ou na indústria da proteína animal terão desdobramentos similares (ou maiores, ou menores) sobre setores à montante ou à jusante nas respectivas cadeias ou em cadeias reflexas?

Além disso – e em segundo lugar - é sempre preciso considerar esta questão (da maximização dos benefícios por unidade de investimento-dispêndio) para além do curto prazo, invadindo o médio e o longo prazo⁹. O que implica projetar o (sempre nebuloso) futuro, em especial o futuro do (particularmente turbulento e incerto) mercado. Ora, tal como nos ensinaram os mais diversos teóricos do risco e da incerteza – desde a Bíblia¹⁰ até economistas pós-clássicos, como Markowitz¹¹ - a

⁹ O que envolve alguma taxa de desconto associada à taxa de juros vigente e à incerteza com relação ao futuro da economia.

¹⁰ No Livro de Eclesiastes lemos “Faze {de tua riqueza} sete e mesmo oito partes, porque não sabes que calamidade pode sobrevir à terra. (11:2) Bíblia Católica

única forma socialmente eficaz de garantir segurança e rentabilidade é “diversificando de forma consistente”. Vale dizer: não se pode colocar “todos os ovos na mesma cesta”. Isto seria muito arriscado. Por outro lado, tampouco pode-se colocar cada ovo (ou, antes, cada centavo) em uma cesta diferente, pois isto levaria a operar-se abaixo da escala competitiva. Precisa-se, pois, privilegiar algumas atividades. Quais? Aquelas nas quais: i) tem-se alguma competitividade (preferencialmente, sistêmica); e ii) em que se conta com elevada sinergia, de forma que, investir em uma é, também, investir (mesmo que de forma secundária) em outra)¹².

Por fim, introduz-se um último critério. Este, na verdade já foi introduzido desde o início da pesquisa, mas não de forma explícita. E isto porque nem sempre se conta com as informações relevantes **no início da pesquisa** para introduzir este critério explicitamente. Apenas ao final dos projetos tem-se a real dimensão dos custos que incidem **de forma coletiva** sobre **os agentes locais, sobre os cidadãos de Osório**. Pois este é o único **custo** que importa. Qualquer investimento financiado, seja com recursos **privados**, seja com recursos públicos **externos** (federais ou do governo do Estado), definido e realizado sem qualquer mediação do poder público e da comunidade osoriense, sem incidir qualquer tipo de **custo** para esta comunidade e que, pelo contrário, lhe gere um fluxo de renda, royalties, impostos e as devidas compensações ambientais é, a princípio, “bem-vindo”.

O único investimento/dispêndio cuja relação custo/benefício deve ser avaliado e hierarquizado é aquele que envolve a aplicação dos escassos recursos sob controle local; sejam eles recursos do Tesouro Municipal, sejam eles recursos de origem federal ou estadual cuja destinação esteja (mesmo que parcialmente) sob controle dos cidadãos osorienses. Ora, ocorre que, muitas vezes, até a conclusão de um acordo-projeto de investimento, a participação do poder público local, da iniciativa privada, e das demais esferas de governo no financiamento não são devidamente esclarecidas. É ao longo do processo de negociação do projeto que

¹¹ Ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1990 por sua demonstração matemática de que a dispersão de recursos em um número maior de ativos deprime o risco de perda de valor do capital.

¹² A este respeito leia-se a Introdução e as Considerações Finais de Paiva (2013). Apoiando-se em Keynes, Kalecki, Schumpeter, Markovitz e Penrose, Paiva procura demonstrar que a forma socialmente consistente de enfrentamento do problema da incerteza no que diz respeito ao planejamento do desenvolvimento territorial encontra-se justamente no “privilegiamento” de inversões caracterizadas por elevada solidariedade e sinergia setorial, o que lhes emprestaria baixa “fixidez” e elevada flexibilidade e fluidez efetiva.

seu “tamanho” final e os encargos dos distintos agentes vai sendo definido. De sorte que é só ao final deste mesmo processo negocial que, usualmente, pode-se avaliar a consistência dos seus benefícios diante dos custos relativos impostos à sociedade local.

Estes três critérios agregam-se ao critério fundamental que orientou a pesquisa até aqui: o critério de geração direta (na cadeia) e indireta (reflexa) de trabalho e renda das distintas cadeias propulsivas. Quanto maior o número de empregados, quanto mais elevado o salário médio, maior o poder multiplicativo das cadeias propulsivas e maior a capacidade das mesmas de gerar emprego e renda reflexa e mais importantes estas cadeias são no que diz respeito ao primeiro critério.

Estas são as cadeias que devem receber os investimentos públicos. Em que ordem? Em primeiro lugar, as cadeias que são capazes de responder de forma expressiva – gerando elevados benefícios – por unidade de investimento público no curto, no médio e no longo prazo. Que cadeias são essas? São de três tipos: i) aquelas nas quais os agentes privados (assim como agentes públicos federais e estaduais) podem vir a contribuir com parcela expressiva dos investimentos necessários à sua própria expansão e superação dos gargalos; ii) aquelas que apresentem gargalos, de forma que bastem alguns investimentos localizados para que o fluxo de renda e emprego seja expandido de forma significativa; iii) cadeias que apresentem sinergia, garantindo um mínimo de risco de perda do investimento realizado, uma vez que o mesmo atende aos mais distintos sistemas, elos e interesses.

As cadeias que se relacionam com o LNRS, especialmente como resultado da demanda secundária do turismo ou pelo próprio atendimento das atividades características do turismo são as que assumem maior relevância e estão no topo da hierarquia de importância das cadeias, assim, as cadeias **SPR, Turismo e Construção Civil** são as mais importantes e sensíveis para a gestão pública municipal, principalmente porque são codependentes e altamente integradas.

Tendo-se em vista os dados de empregabilidade direta (e indireta, associada à massa salarial) quer parecer que os Serviços de Polo Regional passam perfeitamente bem no primeiro critério. Eles também parecem passar bem no segundo critério. Aparentemente, há capacidade de investimento próprio (dos agentes privados) nos setores de Educação e Logística, o que minimizaria

dispêndios públicos necessários à estimulação da iniciativa privada. Igualmente bem, ainda parece haver disponibilidade para expansão da rede federal de consultoria empresarial (Sistema S) e Osório (ainda é) a sede natural deste sistema no Litoral Norte. Urge atrair investimentos na área.

Dentro da cadeia SPR pode-se ainda hierarquizar as sub-cadeias na seguinte ordem de importância: Mista, Logística, Educação, Empresa e Saúde, por questão de empregabilidade e levando em conta a especialização percebida em cada sub-cadeia.

O turismo é tido, por senso comum, como um pilar importante – se não o mais – para o desenvolvimento de Osório, e essa espécie de simpatia de vários setores (população, empresários, poder público, entre outros) por essa cadeia satisfaz o primeiro critério de hierarquização, uma vez que a propensão ao investimento é fundamental para que o mesmo ocorra. Consoante a isso, Osório não tem hoje representatividade no turismo regional e fica clara a necessidade de investimentos nesta cadeia para que venha ser competitiva, especialmente se comparada à cadeia Turismo do LNRS. Por fim, ela está atrelada com a cadeia SPR, visto que a cadeia SPR é basicamente formada por atividades de apoio às atividades do turismo, assim, a cadeia do Turismo passa no terceiro critério e, apesar do QL mais baixo que o Litoral e da empregabilidade relativamente pequena, fica como a segunda cadeia mais importante do município.

É importante esclarecer neste ponto que Osório deve buscar o uso consciente de seus recursos naturais, explorando-os, mas servindo de modelo positivo no tratamento das questões ecoambientais, tanto no tratamento do esgoto, quanto no tratamento de resíduos industriais e domésticos, bem como na manutenção dos espaços de aterro sanitário e reciclagem. Esse cuidado se justifica por ser essencial para preservar o principal ativo turístico do município - para além da orla - onde ainda há condições de exploração, que é justamente o conjunto de lagos e o morro, que compõem o território osoriense.

É necessário o envolvimento de empresários, entidades de apoio, como a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Osório (ACIO), COREDE, SEBRAE, inclusive a FACOS, enquanto principal faculdade do município, e importante órgão de pesquisa e apoio ao desenvolvimento técnico e tecnológico e também da Câmara de Vereadores como organizadora do

planejamento da orla e, por extensão, do turismo, para que as ações direcionadas à esta cadeia logrem êxito e obtenham maior receptividade entre os diferentes atores sociais envolvidos.

O LNRS depende exclusivamente do desenvolvimento do turismo para sua manutenção e crescimento, e manter os turistas em território gaúcho compreende importante estratégia para o governo estadual, que deve atentar para esta porção setentrional do Rio Grande do Sul, desenvolvendo em conjunto com as entidades de pesquisa, fomento, prefeituras, empresários e demais órgãos de gestão, um plano de monitoramento e apoio para o desenvolvimento do turismo nessa região.

A terceira cadeia mais importante do município de Osório é a da Construção Civil (CC), baseando-se nos seguintes pontos: i) Há espaço para a expansão das atividades de construção, especialmente com a construção de condomínios, no município, visto sua área bastante extensa e com paisagens diversas de proximidade com recursos naturais, a proximidade com grandes centros de consumo e com as praias, assim, Osório é território ideal para fixação de moradia de aposentados e pessoas que buscam morar em locais mais tranquilos (muitas vezes trabalhando em outros municípios), o que aliás já vem sendo explorado em maior volume ultimamente; ii) Sua expansão depende basicamente da expansão do turismo, na forma das segundas residências ou dos turistas permanentes, já que Osório não se apresenta com outro apelo para atrair novos moradores que não estes, assim está fortemente atrelada à outras cadeias (SPR e Turismo). Além disso, há uma grande empregabilidade na cadeia, e conta com um QL similar ao do Litoral, mas mostra-se mais especializado que o Rio Grande do Sul. Assim ela atende aos três critérios, porém, apesar de se relacionar com o turismo, ela é reflexa dele e não para ele.

A ocupação do território com construções para segunda moradia ou para residência dos turistas permanentes tem sido a principal alavanca para o desenvolvimento da cadeia CC, porém é preciso que haja conscientização e qualificação dos agentes desta cadeia para que essa ocupação, e conseqüente urbanização, do município não implique na inviabilidade dos recursos naturais, que são justamente o fator diferencial que atrai as pessoas para residirem ou fazerem turismo em Osório – e no LNRS.

A quarta cadeia - Proteína Animal - e agroindústria em geral, a despeito do

VAB agropecuário do litoral não ser expressivo e sua produtividade ser relativamente baixa, conta com uma produção agroindustrial diversificada e que já está parcialmente conectada ao turismo (cachaça artesanal, doces derivados da cana-de-açúcar, arroz certificado, mel e hortifrutigranjeiros) e que pode ser aprofundada.

Apesar desta relação parcial com uma cadeia forte para o município, que a aprovaria nos critérios de hierarquização, a cadeia da Proteína Animal tem em sua origem os pequenos produtores, que pouco podem contribuir com o investimento necessário para sua expansão, os grandes produtores que geralmente buscam melhoramentos tecnológicos para ganho de produtividade e que não representam aumento na geração de empregos, já nas atividades urbanas da cadeia, a empregabilidade ainda é discreta e altamente dependente de outras cadeias, tendo pouca autonomia sobre si. O investimento para sua expansão não está em um ou poucos elos localizados, mas demandaria investimentos em diversas atividades da cadeia e até mesmo em outras cadeias.

Pergunta-se: o aumento da produção de abacaxi, maracujá ou mel encontraria mercado também ampliado? Investir em aumento de produtividade no arroz ou na banana, geraria mais empregos nestas atividades? Há espaço para a imediata expansão da produção de cachaça, rapadura e outros derivados da cana-de-açúcar? As respostas para estas questões não são simples. Porém ela conta com uma estrutura natural para expansão e especialização produtiva, e dado seu QL consideravelmente alto e com uma elevada conexão (sinergia) atual e potencial com outras cadeias propulsivas (em especial, logística e turismo), além de estar sob controle dos atores locais, ela fica como a quarta cadeia mais importante para o município.

É preciso entender que o litoral torna-se a segunda maior aglomeração urbana do Estado durante o verão e que há um movimento pendular da oferta de trabalho, que ora está no campo, na agropecuária familiar, ora está na orla, durante o veraneio, aproveitando as oportunidades oferecidas pelo mercado neste período, o que dificulta a perenização das atividades e a qualificação dos produtores. Não obstante, parcela expressiva da produção da agricultura e agroindústria familiar do LNRS pode ser armazenada e articulada à indústria turística com vantagens de agregação de valor (e diluição de dispêndios de investimento) para as duas cadeias

produtivas.

Como desdobramento secundário (ou “terciário”), políticas de qualificação da agroindústria e turismo do LNRS e do turismo levariam à expansão da demanda e da qualificação do SPR-Educação e SPR-Empresa de Osório. Isto alimentaria a sinergia global do sistema, ao mesmo tempo em que retroalimenta a própria agroindústria, transbordando da proteína animal para outras cadeias que possam se desenvolver no território, explorando o cabedal encontrado em Osório, com sua grande quantidade de lagos (para irrigação de lavouras) e pela grande quantidade de terras disponíveis, seja para cultivo (de algumas espécies), seja para criação de rebanhos.

A despeito de gerar um número muito maior de postos de trabalho, a cadeia de Calçados e Vestuário ainda é uma cadeia marcada pela artificialidade dos benefícios fiscais. A massa de emprego que ela gera compromete a municipalidade com sua manutenção. Como sua cadeia é curtíssima no território, não há como desenvolver a cadeia para agregar mais elos, apenas ampliar (ou ao menos manter) os empregados nas atividades existentes. É preciso apostar em políticas de auto sustentação da cadeia. Para tanto, é preciso apoiar os pequenos atelieres e fábricas já presentes no território, que em 2014 correspondiam a apenas 5 empresas, além da Calçados Beira Rio.

Por fim, a Administração Pública apresenta-se sempre como um fator de geração de renda básica e tem papel central na organização do território, de modo que sua atuação estratégica é fundamental para a implementação de políticas públicas em aspectos sociais e econômicos. É importante que haja autonomia dos atores econômicos locais para que não se estabeleça um grau elevado de dependência da organização pública, mas o papel ao qual a Administração Pública se propõe é imprescindível ao município, no sentido de alavancar a cadeia de SPR e Turismo, principalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste trabalho foi um grande desafio pela particularidade que Osório tem, dada a sua formação histórica, social, econômica e por seus aspectos geográficos. Além disso, a aplicação da metodologia dos QLs, trazida como instrumento de medição da especialização produtiva e base para o estudo complexo da potencialidade de desenvolvimento do município, é bastante nova e com poucos casos comparativos.

Faltam literaturas no tema e estudos aplicados em municípios e regiões semelhantes para que se pudesse fazer uma discussão mais aprofundada sobre os resultados obtidos. Entretanto, por toda a base teórica existente e que forma a revisão bibliográfica deste estudo, pode-se sim afirmar que as hipóteses levantadas são adequadas ao problema que norteia este trabalho: “como definir o melhor destino dos investimentos e políticas públicas para o desenvolvimento econômico de Osório, otimizando os gastos e promovendo as cadeias produtivas com maior potencial de crescimento?”.

Conforme foi abordado durante o trabalho, compreende-se que Osório foi o principal núcleo formador da região, tendo sido o município que originou todo o Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Concentrou, por muito tempo, *status* de principal mercado regional, sendo o eixo de toda a região.

Sua condição geográfica lhe permitiu abrigar os principais empreendimentos que alavancaram a produção regional, com seu porto lacustre e estação de trem, escoando a produção do litoral para os mercados gaúcho, brasileiro e até internacional.

Com a evolução do turismo, principalmente pelo banho de mar, inicialmente apoiado em suas vantagens terapêuticas, como recurso de saúde, e depois como lazer (REIS, 2015), os distritos praianos foram ganhando autonomia econômica e se emancipando, e evoluindo juntamente com o desenvolver do turismo, conquistaram espaço no cenário regional – principalmente Tramandaí e Capão da Canoa – onde foram incorporando-se outras atividades, não diretamente relacionadas ao turismo, mas dele dependentes

Osório foi vendo seu território encolhido e sua orla, que inicialmente ia de Torres à Palmares do Sul, resumiu-se a apenas 2 km de extensão. Assim, o turismo

propriamente dito deixou de ser o principal elemento na construção da economia municipal, porém os serviços complexos, comércio e outras atividades de suporte, permaneceram fortes, se tornando a principal participação de Osório na economia regional.

Hoje é importante para o município manter essas atividades em que já se destaca e procurar ampliar o leque de serviços prestados, bem como procurar explorar ao máximo uma de suas virtudes estruturais, que é o fato de estar na confluência de três das principais rodovias do Estado, e localizar-se próximo da capital, de Santa Catarina, sendo o elo central entre essas regiões e o Litoral, sendo seu território o local mais estratégico para o abastecimento de produtos. Um excelente entreposto, que deve qualificar-se cada vez mais para o atendimento das demandas dos comércios litorâneos, bem como para o atendimento de serviços essenciais para municípios do entorno que ainda não lograram autonomia econômica, como Maquiné, Caraá, Terra de Areia e Itati.

Esses municípios próximos buscam em Osório o comércio diversificado, o atacado, a oferta de escolas melhores e mais bem equipadas, faculdade, entre outros, bem como serviços empresariais de contabilidade, assessoria e publicidade.

O atendimento de serviços domésticos também é relevante, como na área da saúde, visto que é um dos três municípios da região com hospital e serviços de razoável complexidade, sendo que todos ainda dependem de serviços complexos de Porto Alegre e região metropolitana. Trazer serviços complexos para Osório pode ser vital para a manutenção do município enquanto polo regional, sendo uma oportunidade em aberto, enquanto outro município não assume esse papel.

Não se pode desconsiderar ainda o potencial sub-explorado para a agroindústria. Os QLS agropecuários são altos em várias atividades, especialmente na pecuária e em alguns produtos agrícolas. O amplo espaço de terras não utilizado, a abundância de corpos d'água, a facilidade de escoamento da produção e a proximidade com os principais centros consumidores do estado – capital e serra – tornam a agroindústria uma opção muito interessante que merece estar nos planos de desenvolvimento do município, ainda que secundariamente.

Por fim, é necessário um planejamento regional bastante amplo, que leve em conta as peculiaridades e potencialidades de cada município, para que não haja choques de interesses, deslocamento equivocado de recursos e conflitos de

interesses e de oportunidades entre os membros da região.

A governança desse gigante APL que é o Litoral Norte em torno do turismo tem papel fundamental na manutenção da região, avaliando corretamente as vocações individuais, potencialidades e capacidades instaladas em cada um dos municípios, para assim chegar a um plano geral de desenvolvimento que privilegie a especialização já existente em cada município, observando a capacidade de crescimento em suas principais cadeias, bem como organize harmonicamente a divisão do trabalho, de forma que cada um contribua solidariamente com o desenvolvimento da região, bem como se desenvolva em sua própria potencialidade.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Vera Lúcia Maciel. **Açorianos no Rio Grande do Sul: uma presença desconhecida**. In: CARELI, Sandra da Silva; KNIERIM, Luiz Claudio. (Orgs). Releituras da História do Rio Grande do Sul. Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore. Porto Alegre, CORAG, 2011.

BRASIL. Estudo da demanda turística internacional 2004-2010. 2011. Disponível em <www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-54-03/demanda-turistica-internacional/item/download/26_9d4fc5c5f3cc6ee3a7e8240abc4d4c11.html> Acesso em: 02/09/2016.

_____. [Constituição Federal (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35ª ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

_____. Ministério da Agricultura. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2012/01/indicacao-geografica-valoriza-o-produto-agropecuario>>. Acesso em: 15/07/2016.

CAMPOS, Antônio Carlos; CALLEFI, Patrícia; SOUZA, João Batista da Luz. **A teoria de desenvolvimento endógeno como forma de organização**. Acta Scientiarum: Human and Social Sciences, vol:27 iss:2 pg:163, 2005.

CNM – Confederação Nacional dos Municípios. **Estudos Técnicos CNM / Confederação Nacional de Municípios**. Brasília: CNM, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. ESPAÇO, UM CONCEITO-CHAVE DA GEOGRAFIA. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CRUXEN, Edison Bisso. **A OCUPAÇÃO IBÉRICA DO TERRITÓRIO E AS DISPUTAS PELAS FRONTEIRAS DO CONTINENTE DE RIO GRANDE**. In: CARELI, S. S; KNIERIM, C. (Orgs). Releituras da História do Rio Grande do Sul. Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore. Porto Alegre: CORAG, 2011.

DALBIANCO, Vinicius Piccin; BRITO, Andréia Nunes Sá; NEUMANN, Pedro Selvino. **A CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NA METADE SUL RIO-GRANDENSE: UMA ANÁLISE SOBRE A UTILIZAÇÃO DOS CORREDORES PARA A CRIAÇÃO DE BOVINOS NA APA DO RIO IBIRAPUITÃ**. In: 47º Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/670.pdf>>. Acesso em: 19 de julho de 2016.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural: Recursos que acompanham o crescimento das cidades**. São Paulo: Saraiva, 2006.

DUARTE, Raphael da Silveira. **GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA: Um**

diagnóstico da área no município de Osório. 2015. 39 f. Monografia (MBA em Especialização em Gestão Pública). Universidade Norte do Paraná.

DUARTE, Vítor André da Silveira. **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PARA A CIDADE DE OSÓRIO ATRAVÉS DO TURISMO.** 2010. 49 f. Monografia (Bacharelado em Administração). FACOS. Osório, RS. 2010.

FEE. Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul. Indicadores / PIB Municipal / Série Histórica. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/serie-historica/>>. Acesso em: 20/07/2016.

FEPAM. Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – RS. Programa de Gerenciamento Costeiro. Disponível em: <http://www.fepam.rs.gov.br/programas/gerco_norte.asp>. Acesso em: 14 de junho de 2016.

FERREIRA FILHO, Artur. **História Geral do Rio Grande do Sul 1503/1974.** 4. ed. Porto Alegre: Globo, 1974.

FÓRUM COREDES-RS. **Pró-RS V: Propostas Estratégicas para o Desenvolvimento Regional do Estado do Rio Grande do Sul (2015-2018).** 1. ed. Lajeado: Editora Univates, 2014.

FRIEDMANN, John. **Introdução ao Planejamento Regional.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1960.

FUJIMOTO, Nina Simone Vilaverde Moura et al. **Litoral norte do estado do Rio Grande do Sul: Indicadores Socioeconômicos e Principais Problemas Ambientais.** Desenvolvimento e Meio Ambiente. N. 13, jan./jun. 2006. Editora UFPR.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs). **MÉTODOS DE PESQUISA.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Editora Altas, 2002.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O CONCEITO DE REGIÃO E SUA DISCUSSÃO. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GOLDRATT, Eliyahu. **A Meta: um processo de aprimoramento contínuo.** São Paulo: Educator, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=431350&search=rio-grande-do-sul|osorio|infograficos:-historico>> Acesso em: 18 de julho de 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?lang=&codmun=432160&search=ri-o-grande-do-sul%7Ctramandai%7Cinograficos:-historico>>. Acesso em: 19 de julho de 2016. b.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1612&i=P&nome=on&qtu8=137¬arodape=on&tab=1612&orc81=3&opn8=0&unit=0&pov=1&sec81=2696&OpcTipoNivt=1&opn1=0&nivt=0&opc81=1&orp=4&qtu3=27&opv=1&pop=3&opn2=0&orv=2&poc81=1&qtu2=5&sev=214&opp=1&opn3=u34&qtu6=5557&ascendente=on&sep=56233&sep=49445&sep=45285&sep=39080&sep=29826&sep=19675&sep=43786&sep=38337&sep=35246&sep=33003&sep=30366&sep=28111&sep=25888&sep=22852&sep=20298&sep=19918&sep=19917&sep=19916&sep=19915&sep=19914&sep=19913&sep=19912&sep=19911&sep=19910&sep=19909&orn=1&pon=2&qtu9=558&opn6=1&dig6=&OpcCara=44&proc=1&qtu1=1&opn9=1&cabec=on&decm=99>>. Acesso em: 20 julho de 2016. c.

IPIRANGA, A.S.R.; AMORIM, M.A.; FARIA, M.V.C.M. : **Tecnologia Social de Mobilização para Arranjos Produtivos Locais: uma proposta de aplicabilidade**. Cadernos EBAPE.BR Vol.5(3), 2007.

LOPES JÚNIOR, Wilson Martins. **TURISMO, TRANSPORTES E REGIONALIZAÇÃO: CONSIDERAÇÕES GEOGRÁFICAS**. RA´EGA - Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR, 2012.

LÓPEZ, Eugenio Climent.; DEL VALLE, Ricardo Méndez Gutiérrez. **Medios innovadores y desarrollo local: los sistemas locales productores de calzado del interior de España**. Estudios Geográficos, Vol.63(246), 2002.

MAGGI, Eraclides Lumertz. Gestão Integrada do Turismo: Rompendo com a Sazonalidade no Litoral Norte / RS. In: BRASIL, Elisabeth Brasil de; Ávila, Éverton Gonçalves de. (orgs). **Turismo: Fragmentos e Percepções**. Torres: Ed. Autores, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MOLINA, Sérgio. **Una Visión del Turismo al Sur del Litoral Norte de Río Grande de Sul**. Revista Rosa dos Ventos. Universidade de Caxias do Sul. Jan/jun. 2011. V. 3 (1).

MORAES, Jorge.; SCHNEIDER, Sérgio. **Perspectiva territorial e abordagem dos sistemas produtivos localizados rurais: Novas referências para o estudo do desenvolvimento rural**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Vol.6(2), 2010.

NORTH, Douglas. (1955). **Location Theory and Regional Economic Growth**. *Journal of Political Economy*, LXIII, June. Versão em português:

SCHWARTZMANN, J. (org., 1977). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar.

PAKMAN, Elbio Troccoli. **Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico**. In: XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo - Universidade do Estado do Ceará – UECE, 2014, Fortaleza / CE. Disponível em: <http://www.anptur.org.br/novo_portal/anais_anptur/anais_2014/arquivos/DFP/DFP1/034.pdf> Acesso em: 21/05/2016.

PAIVA, Carlos Águedo. **COMO IDENTIFICAR E MOBILIZAR O POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO DE UMA REGIÃO?** Documentos FEE nº 59. Porto Alegre: FEE, 2004.

PAIVA, Carlos Águedo; TARTARUGA, Iván G. Peyré. **Sabedorias e ilusões da análise regional**. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 3, p. 118 – 141, set./dez. 2007.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. **Fundamentos da Análise e do Planejamento de Economias Regionais**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2013.

PENROSE, Edith. **A Teoria do Crescimento da Firma**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

PERES, Ilza Lopes. **RIO GRANDE DO SUL - MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS**. Boletim Gaúcho de Geografia. Portal de Periódicos UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1985.

PINENT, Maximilianus Andrey Pontes. **A EXPRESSÃO ECONÔMICA DO TURISMO EM SISTEMAS ALTERNATIVOS DE MENSURAÇÃO DA GERAÇÃO DIRETA E INDIRETA DE EMPREGO E RENDA: UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE O LITORAL NORTE GAÚCHO DO RIO GRANDE DO SUL**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). FACCAT – Taquara, RS. 2015.

REIS, José. **Território e Sistemas Produtivos Locais: Uma Reflexão sobre as Economias Locais**. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra 25/26, 1988.

REIS, Marcelo Terra. **O TURISMO COMO ELEMENTO DE OCUPAÇÃO DO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL: TENDÊNCIAS AO TURISMO PERMANENTE**. 2015. 130 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). FACCAT – Taquara, RS. 2015.

RODRÍGUEZ, Fredy Becerra.; VALENCIA, Julia Clemencia Naranjo. **A inovação tecnológica no contexto dos clusters regionais**. Cuadernos de Administración. Vol.21(37), 2008.

RUA, Maria da Graça; **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2009.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável**. 12ª edição. Campinas: Papirus, 2005.

SILVA, Dirceu da; LOPES, Evandro Luis; BRAGA JÚNIOR, Sérgio Silva. **PESQUISA QUANTITATIVA: ELEMENTOS, PARADIGMAS E DEFINIÇÕES**. Revista de Gestão e Secretariado – GeSeC. São Paulo, Vol. 5, (1), 2014.

SILVA, Marina Raymundo da. **Navegação Lacustre Osório-Torres**. Porto Alegre: D.C. Luzzatto, 1985.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da USP, 2006.

APÊNDICE I

Com base neste estudo, a agropecuária apresenta papel secundário no Litoral Norte, de forma geral, e principalmente em Osório, mas em alguns municípios é um importante pilar para a manutenção das economias familiares.

Osório vem passando por uma constante redução da população rural e conseqüentemente, a agropecuária tende a perder espaço no cenário econômico local, porém há certas regiões dentro do município que oferecem condições adequadas para as atividades ditas rurais, como as áreas baixas e facilmente alagáveis, para a cultura do arroz e o morro, como terra fértil para a produção diversificada.

Em alguns produtos Osório tem QL bastante elevado, tanto em relação ao Rio Grande do Sul como em relação ao Litoral Norte, como são os casos dos produtos listados no Quadro 7.

Quadro 7 – Quocientes Locacionais das principais atividades rurais. Comparativo usando o Valor Agregado Bruto e a área útil (em hectares) como referência.

PRODUTOS	QL utilizando VAB como referência – período 2012-15		QL utilizando ÁREA (ha) como referência – período 2012-15	
	Osório x RS	Osório x LN	Osório x RS	Osório x LN
Mel de abelha	1,54	1,54	0,40	0,31
Bubalino	11,17	1,48	2,88	1,84
Equino	5,49	1,27	1,42	1,18
Banana (cacho)	8,48	59,30	2,19	0,05
Maracujá	6,03	66,74	1,55	0,03
Abacaxi	6,52	44,00	1,68	0,05
Arroz (em casca)	5,23	3,72	1,35	0,43
Cana-de-açúcar	5,18	2,91	1,34	0,53
Mandioca	1,55	2,42	0,40	0,20
Tomate	2,20	2,67	0,57	0,26

Fonte: Adaptado de IBGE (2016).

O Quadro 7 traça um comparativo dos QLs usando VAB e área disponível, respectivamente, como valores de referência. A área utilizada refere-se ao total de áreas privadas rurais no município de Osório, Litoral Norte e Rio Grande do Sul.

Utilizando o VAB como referência tem-se a especialização do território sobre o território de referência, porém ao se utilizar a área como fator de comparação, obtém-se a produtividade média das terras disponíveis para a agropecuária.

Com isso se observa que mesmo com QLs muito altos para o RS com base no VAB, Osório tem baixa produtividade rural na comparação com o Litoral Norte, sendo que os QLs ficam bem mais baixos utilizando a área como parâmetro, mas mantém bons índices de QL na comparação com o Estado, com destaque para os bubalinos, banana, maracujá e abacaxi. Secundariamente ainda aparecem os equinos, o arroz e a cana-de-açúcar. Na comparação com o LNRS, apenas o rebanho bubalino e equino possuem QL acima de 1.

Apesar de determinados produtos, como maracujá e abacaxi terem QLs bastante elevados, não se pode determinar que possuam grande potencial de crescimento, uma vez que seus cultivos se concentram justamente em Osório e no Litoral, e somente nesta região, e não há, inicialmente, demanda externa suficiente para absorver um possível incremento desta produção.

O arroz, por sua vez, é um produzido praticamente em todo o Rio Grande do Sul e seu QL elevado no território de Osório é merecedor de atenção. O Litoral todo é bastante especializado em arroz, sendo que o arroz produzido nessa região possui certificação de Indicação Geográfica como Denominação de Origem (BRASIL, 2016), o que é um forte indicativo da especialização da região nesse produto e de sua importância como produto agrícola na região.

É necessário destacar que a agropecuária possui potencial para desenvolvimento na região e em Osório, mas não pode ser superestimado, sendo um elemento importante para a economia local, mas não o que mereça maior atenção e investimentos públicos.

ANEXO A – Cadeias Produtivas de Osório com número de empregados em Osório, Litoral Norte e Rio Grande do Sul e Quocientes Locacionais, por atividade e na cadeia.

CNAE 2.0 Grupo	Empregos Osório	QL x LN	QL x RS	Empregos LN	QL LN x RS	Empregos no RS
Serviços de Polo Regional (Educação)						
Educação superior	259	3,60	1,34	469	0,37	51745
Ensino médio	80	3,11	1,43	168	0,46	14946
Educação profissional de nível técnico e tecnológico	5	2,17	0,17	15	0,08	8032
Educação infantil e ensino fundamental	65	1,02	0,76	417	0,75	22863
Outras atividades de ensino	61	0,83	0,71	478	0,85	22944
	470	2,01	1,06	1547	0,53	120530

CNAE 2.0 Grupo	Empregos Osório	QL x LN	QL x RS	Empregos LN	QL LN x RS	Empregos no RS
Serviços de Polo Regional - M (mistas)						
Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	362	1,67	3,26	1413	1,95	29639
Comércio de veículos automotores	225	3,31	2,99	444	0,90	20119
Atividades de vigilância, segurança privada e transporte de valores	216	2,34	1,47	603	0,63	39400
Intermediação monetária - depósitos à vista	99	0,94	0,65	689	0,69	40673
Atividades de associações de defesa de direitos sociais	77	2,84	1,03	177	0,36	19944
Atividades jurídicas	71	1,22	1,27	380	1,04	14949
Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente	20	1,35	2,73	97	2,03	1956
Atividades de rádio	15	1,48	0,73	66	0,49	5476
Atividades auxiliares dos serviços financeiros	11	1,79	1,08	40	0,60	2724
Atividades fotográficas e similares	8	2,17	1,26	24	0,58	1702
Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde	5	1,02	0,44	32	0,44	3008
Locação de meios de transporte sem condutor	4	3,26	0,70	8	0,22	1524
Atividades veterinárias	4	2,17	2,81	12	1,29	380
	1117	1,85	1,67	3985	0,90	181494

CNAE 2.0 Grupo	Empregos Osório	QL x LN	QL x RS	Empregos LN	QL LN x RS	Empregos no RS
Serviços de Polo Regional - E (empresas)						
Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	160	1,10	1,59	945	1,44	26919
Atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária	65	0,98	0,90	432	0,91	19391
Comércio atacadista especializado em outros produtos	60	2,92	0,99	134	0,34	16274
Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas	37	0,62	0,42	390	0,67	23680
Publicidade	33	4,22	1,86	51	0,44	4755
Comércio atacadista de produtos de consumo não-alimentar	31	1,08	0,50	187	0,46	16694
Serviços de escritório e apoio administrativo	26	1,75	0,61	97	0,35	11485
Comércio atacadista não-especializado	20	1,21	0,94	108	0,78	5676
Atividade de impressão	19	3,10	0,82	40	0,26	6209
Atividades de organizações sindicais	14	0,97	0,51	94	0,52	7397
Edição integrada à impressão de livros, jornais, revistas e outras publicações	10	1,12	0,37	58	0,33	7182
Atividades de organizações associativas patronais, empresariais e profissionais	7	0,93	0,37	49	0,39	5116
Representantes comerciais e agentes do comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas	5	1,12	0,29	29	0,26	4658
Atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente	3	0,89	0,27	22	0,30	2965
Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos, exceto de tecnologias de informação e comunicação	3	0,25	0,10	78	0,42	7648
Atividades de consultoria em gestão empresarial	1	0,26	0,09	25	0,34	3025
	494	1,19	0,79	2739	0,66	169074

CNAE 2.0 Grupo	Empregos Osório	QL x LN	QL x RS	Empregos LN	QL LN x RS	Empregos no RS
ENERGIA						
Transporte dutoviário	44	6,52	107,91	44	16,54	109
Obras de infra-estrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto e transporte por dutos	63	4,67	1,82	88	0,39	9271
Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos *** Ar Condicionado, Eólica, Impressoras, etc.	83	3,56	2,17	152	0,61	10248
Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica	181	3,48	4,86	339	1,39	9960
	371	3,94	3,40	623	0,86	29588

CNAE 2.0 Grupo	Empregos Osório	QL x LN	QL x RS	Empregos LN	QL LN x RS	Empregos no RS
LOGÍSTICA						
Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	341	1,94	3,06	1144	1,57	29834
Comércio de peças e acessórios para veículos automotores	254	1,83	2,34	904	1,28	28987
Transporte rodoviário de carga	252	1,17	0,84	1400	0,72	80199
Transporte rodoviário de passageiros	233	1,87	1,27	811	0,68	48891
Manutenção e reparação de veículos automotores	80	1,45	1,42	359	0,98	15068
Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores	23	1,67	0,33	90	0,20	18745
Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores	14	6,52	7,81	14	1,20	479
Atividades auxiliares dos transportes terrestres	10	0,44	0,33	148	0,76	7994
Armazenamento, carga e descarga	1	0,16	0,05	40	0,29	5664
	1208	1,63	1,39	4910	0,85	235861

CNAE 2.0 Grupo	Empregos Osório	QL x LN	QL x RS	Empregos LN	QL LN x RS	Empregos no RS
PROTEÍNA ANIMAL						
Bubalino*			11,17		1,48	
Arroz (em casca)*			5,23		3,72	
Caprino*			3,14			
Bovino*			2,54			
Mandioca*			1,55		2,42	
Ovino*			1,35			
Abate e fabricação de produtos de carne	179	4,01	0,84	295	0,21	57872
Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais	28	0,40	0,40	464	1,01	18879
Laticínios	9	0,43	0,26	138	0,59	9568
	216	1,59	0,68	897	0,43	86319

Nota: * Atividades rurais, sem informação de número de empregados formais.

CNAE 2.0 Grupo	Empregos Osório	QL x LN	QL x RS	Empregos LN	QL LN x RS	Empregos no RS
CONSTRUÇÃO CIVIL						
Comércio varejista de material de construção	308	0,66	1,63	3083	2,47	51090
Construção de edifícios	241	0,71	1,06	2223	1,51	60509
Construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas e obras de arte especiais	176	1,97	3,67	584	1,87	12812
Captação, tratamento e distribuição de água	75	1,52	1,99	321	1,31	10063
Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes	71	1,52	2,29	305	1,51	8281
Extração de pedra, areia e argila	69	1,90	3,41	237	1,80	5410
Instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções	61	1,55	1,08	256	0,69	15117
Outros serviços especializados para construção	54	0,57	0,95	613	1,66	15121
Extração de pedra, areia e argila	37	1,65	1,13	146	0,68	8773
Aparelhamento de pedras e fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos	35	1,43	2,38	160	1,67	3927
Fabricação de produtos cerâmicos	27	2,75	1,19	64	0,43	6040
Demolição e preparação do terreno	22	0,96	1,13	149	1,17	5210
Comércio atacadista de madeira, ferragens, ferramentas, material elétrico e material de construção	19	1,15	0,76	108	0,67	6640
Desdobramento de madeira	19	0,60	0,68	205	1,12	7481
Esgoto e atividades relacionadas	6	2,61	3,63	15	1,39	442
	1220	0,95	1,52	8469	1,60	216916

CNAE 2.0 Grupo	Empregos Osório	QL x LN	QL x RS	Empregos LN	QL LN x RS	Empregos no RS
Serviços de Polo Regional (Saúde)						
Atividades de atendimento hospitalar	266	0,96	0,68	1813	0,71	104127
Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica	111	1,99	2,41	363	1,21	12298
Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos	59	1,43	0,83	269	0,58	18908
Atividades de assistência a idosos, deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes, e de infra-est e apoio a pac prest em res col e part	21	1,83	1,30	75	0,71	4322
Fabricação de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico e de artigos ópticos	5	1,63	0,42	20	0,26	3210
Atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e odontólogos	1	0,38	0,09	17	0,23	3039
	463	1,20	0,86	2557	0,72	145904

CNAE 2.0 Grupo	Empregos Osório	QL x LN	QL x RS	Empregos LN	QL LN x RS	Empregos no RS
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA						
Administração do estado e da política econômica e social	1557	0,72	1,01	14118	1,40	412464

CNAE 2.0 Grupo	Empregos Osório	QL x LN	QL x RS	Empregos LN	QL LN x RS	Empregos no RS
Serviços Básicos						
Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação	6	1,00	0,54	39	0,54	2945
Atividades imobiliárias por contrato ou comissão	52	0,69	1,80	497	2,61	7818
Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados	542	0,90	1,39	3926	1,55	103973
Atividades de Correio	30	0,88	0,88	223	1,00	9163
Aluguel de objetos pessoais e domésticos	5	0,86	0,83	38	0,97	1601
Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos	10	0,80	0,70	82	0,87	3846
Comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação	312	0,75	1,32	2725	1,77	63143
Atividades de limpeza	9	0,62	0,06	94	0,10	39640
Comércio varejista não-especializado	668	0,61	1,33	7107	2,17	134253
Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos	137	0,57	0,83	1581	1,46	44228
Atividades de organizações associativas não especificadas anteriormente	20	0,50	0,43	262	0,86	12467
Outras atividades de serviços pessoais	12	0,46	0,31	170	0,67	10358
Edição de livros, jornais, revistas e outras atividades de edição	1	0,38	0,12	17	0,31	2217
Serviços domésticos	1	0,38	0,93	17	2,43	287
Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos	29	0,37	0,60	510	1,60	13027
Atividades de monitoramento de sistemas de segurança	12	0,35	0,65	221	1,82	4964
Serviços combinados para apoio a edifícios	76	0,31	0,57	1619	1,85	35898
Comércio, manutenção e reparação de motocicletas, peças e acessórios	4	0,23	0,32	115	1,41	3332
Incorporação de empreendimentos imobiliários	50	0,20	0,93	1594	4,56	14316
Atividades de malote e de entrega	1	0,20	0,09	32	0,46	2876
Atividades imobiliárias de imóveis próprios	1	0,10	0,12	68	1,21	2298
Outras atividades de telecomunicações	1	0,07	0,13	93	1,91	1991
Coleta de resíduos	1	0,05	0,03	137	0,61	9152
	1980	0,62	1,02	21167	1,66	523793

CNAE 2.0 Grupo	Empregos Osório	QL x LN	QL x RS	Empregos LN	QL LN x RS	Empregos no RS
INDETERMINADA						
Fabricação de artigos de joalheria, bijuteria e semelhantes	1	3,26	0,07	2	0,02	3576
Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	5	2,97	0,32	11	0,11	4125
Construção de embarcações	1	2,17	0,03	3	0,01	8836
Fabricação de produtos diversos	6	1,00	0,24	39	0,24	6644
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	36	0,96	0,46	245	0,48	21090
Fabricação de produtos de material plástico	16	0,90	0,14	116	0,16	30222
Fabricação de artigos de cutelaria, de serralheria e ferramentas	4	0,84	0,07	31	0,09	14896
Fabricação de outros produtos alimentícios	72	0,69	0,67	684	0,97	28799
Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente	3	0,56	0,04	35	0,06	22311
Fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuário	4	0,54	0,22	48	0,40	4917
Forjaria, estamparia, metalurgia do pó e serviços de tratamento de metais	3	0,39	0,09	50	0,23	9073
Fabricação de móveis	28	0,39	0,18	472	0,46	41843
Construção de outras obras de infra-estrutura	4	0,37	0,08	71	0,22	13477
Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto móveis	30	0,31	0,83	632	2,69	9642
Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas	2	0,21	0,05	63	0,23	11205
Fabricação de estruturas metálicas e obras de caldeiraria pesada	1	0,04	0,02	170	0,52	13383
	216	0,53	0,24	2672	0,45	244039

CNAE 2.0 Grupo	Empregos Osório	QL x LN	QL x RS	Empregos LN	QL LN x RS	Empregos no RS
TURISMO TRADICIONAL						
Fabricação de bebidas não-alcoólicas	13	6,52	0,63	13	0,10	5541
Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	3	1,96	0,87	10	0,45	917
Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	33	1,61	0,64	134	0,40	13872
Fabricação de bebidas alcoólicas	1	1,30	0,05	5	0,04	5218
Agências de viagens e operadores turísticos	16	1,21	0,94	86	0,77	4567
Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas	576	1,03	2,11	3648	2,05	72935
Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos	1	0,43	0,14	15	0,33	1847
Atividades esportivas	10	0,41	0,24	158	0,59	10951
Hotéis e similares	38	0,26	0,58	941	2,20	17524
Atividades de recreação e lazer	10	0,24	0,94	268	3,85	2853
	701	0,88	1,40	5278	1,59	136225

CNAE 2.0 Grupo	Empregos Osório	QL x LN	QL x RS	Empregos LN	QL LN x RS	Empregos no RS
COUREIRO CALÇADISTA						
Fabricação de calçados	1450	2,22	4,22	4266	1,91	91757
Fabricação de artigos para viagem e de artefatos diversos de couro	3	1,78	0,15	11	0,09	5225
Fabricação de partes para calçados, de qualquer material	1	0,11	0,03	61	0,25	10089
	1454	2,22	3,68	4338	1,66	107071